



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL – PR
CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO CIÊNCIAS SOCIAIS E
HUMANAS – LICENCIATURA**

JOSÉ AUGUSTO DUARTE GONÇALVES

**RELAÇÃO COMUNIDADE E ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DA GESTÃO
DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DO COLÉGIO ESTADUAL DO
CAMPO IRACI SALETE STROZAK**

**LARANJEIRAS DO SUL – PR
2018**

JOSÉ AUGUSTO DUARTE GONÇALVES

**RELAÇÃO COMUNIDADE E ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DA GESTÃO
DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DO COLÉGIO ESTADUAL DO
CAMPO IRACI SALETE STROZAK**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de grau
de Licenciatura no Curso Interdisciplinar em
Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof^a. Ma. Ana Cristina Hammel

LARANJEIRAS DO SUL – PR

2018

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Gonçalves, José Augusto Duarte
RELAÇÃO COMUNIDADE E ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DA GESTÃO
DEMOCRÁTICA.: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DO COLÉGIO
ESTADUAL DO CAMPO IRACI SALETE STROZAK/ José Augusto
Duarte Gonçalves. -- 2018.
85 f.:il.

Orientadora: Ana Cristina Hammel.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
interdisciplinar em educação do campo ciências sociais e
humanas ? licenciatura , Laranjeiras do Sul, PR, 2018.

1. Gestão Democrática. 2. Colégio Estadual do Campo
Iraci Salete Strozak. I. Hammel, Ana Cristina, orient.
II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.



JOSÉ AUGUSTO DUARTE GONÇALVES

**RELAÇÃO COMUNIDADE E ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DA
GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DO
COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO IRACI SALETE STROZAK**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Laranjeiras do Sul.

Orientador: Prof. Ma. Ana C. Hammel

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

19 / 06 / 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Ma. Ana C. Hammel

Prof. Dr. Alex Verdério

Prof. Dr. Roberto Antônio Finatto

Aos trabalhadores e trabalhadoras do campo especialmente aos companheiros dos Assentamentos Marcos Freire e Ireno Alves dos Santos que juntamente com o MST vem travando uma grande luta por educação de qualidade nas áreas de Reforma Agrária.

A todos os companheiros que trabalham na área da educação que todos os dias enfrentam grandes desafios no exercício de suas profissões.

AGRADECIMENTOS.

Agradeço a Deus por toda a espiritualidade e força na persistência pela busca de um mundo melhor com mais igualdade social.

A toda a minha família em especialmente a minha mãe Lenir de Fátima Cardozo Duarte e ao meu pai Arnaldo Gonçalves que trabalham no campo dia após dia para garantir o alimento da família. E pelo incentivo aos estudos.

Ao coletivo do Colégio Iraci Salete Strozak que sempre me recebeu muito bem no colégio para desenvolver essa pesquisa, meu muito obrigado pelas suas contribuições.

A todos os professores que ao longo do curso contribuíram direto ou indiretamente com a nossa formação.

Aos companheiros de turma que dentro e fora de sala de aula contribuíram muito com debates e troca de experiência que só veio a somar na minha formação.

A professora Ana Cristina Hammel que vem contribuindo na minha formação desde o período do Ensino Médio até no presente momento na orientação deste trabalho. Meu muito obrigado pela sua orientação, paciência, sabedoria e dedicação.

Ao professor Alex Verdério e ao professor Roberto Finatto por constituírem a Banca e pela colaboração e sugestões durante a apresentação da Pré-Banca.

“Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”. (Paulo Freire)

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade destacar a relação entre as comunidades dos Assentamentos Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e 10 de Maio na constituição do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, observando o processo da construção de uma gestão democrática, e defendido nos princípios pedagógicos do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Primeiramente será feito um resgate histórico da constituição dos Assentamentos analisados aqui e da construção do CEISS dando ênfase ao papel da comunidade na consolidação da escola tendo em vista a importância deste momento. Posteriormente será analisado o Projeto Educativo do Colégio aqui pesquisado, destacando a importância da realidade/comunidade no diálogo com o conhecimento buscando compreender a identidade da escola do campo e os espaços de participação da comunidade dentro do colégio em questão, buscando assim consolidar uma gestão construída de forma democrática. Neste sentido é necessário também investigar alguns desafios que estão presentes no cotidiano do CEISS como a rotatividade professores; fechamento de escolas; falta de interesse; precarização das estradas; e como estes processos são assumidos pela escola e pela comunidade, num processo de construção de uma gestão coletiva dos problemas, tendo em vista que o ato da educação não é apenas destinado unicamente a escola. O procedimento metodológico escolhido para desenvolver esta pesquisa foi à pesquisa de campo, sendo realizadas entrevistas com professores, pedagogos e membros da comunidade, também foi utilizado a pesquisas documentais e referências bibliográficas. O presente trabalho traz um raio x das questões inerentes ao processo de democratização dos espaços de gestão da escola, importante para a construção de outras bases educativas, mas condizentes com a necessidades das escolas e comunidades camponesas.

Palavras Chaves: Comunidade, CEISS, Escola, Gestão democrática, Educação.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como finalidad destacar la relación entre las comunidades de los asentamientos Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire y 10 de mayo en la constitución del Colegio Estadual del Campo Iraci Salette Strozak, observando el proceso de la construcción de una gestión democrática, y defendido en los principios pedagógicos del Movimiento de los trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). Primero se hará un rescate histórico de la constitución de los Asentamientos analizados aquí y de la construcción del CEISS dando énfasis al papel de la comunidad en la consolidación de la escuela teniendo en vista la importancia de este momento. En este sentido, se analiza el Proyecto Educativo del Colegio aquí investigado, destacando la importancia de la realidad / comunidad en el diálogo con el conocimiento buscando comprender la identidad de la escuela del campo y los espacios de participación de la comunidad dentro del colegio en cuestión, buscando así consolidar una gestión construida de forma democrática. En este sentido es necesario también investigar algunos desafíos que están presentes en el cotidiano del CEISS como la rotatividad profesores; cierre de escuelas; falta de interés; precarización de las carreteras; y como estos procesos son asumidos por la escuela y la comunidad, en un proceso de construcción de una gestión colectiva de los problemas, teniendo en vista que el acto de la educación no sólo está destinado únicamente a la escuela. El procedimiento metodológico elegido para desarrollar esta investigación fue a la investigación de campo, siendo realizadas entrevistas con profesores, pedagogos y miembros de la comunidad, también fue utilizado a investigaciones documentales y referencias bibliográficas. El presente trabajo trae un rayo x de las cuestiones inherentes al proceso de democratización de los espacios de gestión de la escuela, importante para la construcción de otras bases educativas, pero que concuerdan con las necesidades de las escuelas y comunidades campesinas.

Palabras Claves: Comunidad, CEISS, Escuela, Gestión democrática, Educación.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.

Figura 1 – Fotos da Comunidade construindo o Colégio Iraci Salete Strozak nas antigas ruínas da Vila Velha.	21
Figura 2 – Estrutura do Colégio Iraci Salete Strozak na Comunidade Centro Novo, Rio Bonito do Iguaçu-PR.	26
Figura 3 – Foto da Assembleia Escolar realizada no Centro comunitário da Comunidade Centro Novo, Rio Bonito do Iguaçu-PR.	41
Figura 4– Foto do Conselho de Classe participativo no Colégio Iraci Salte Strozak.	46
Figura 5 –Gráfico com os Cortes nos Ministérios.	55
Figura 6 – Educandos do CEISS em passeata em direção ao NRE de Laranjeiras do Sul – PR para protestar contra o Fechamento da turma do Primeiro ano do Magistério do CEISS.	59
Figura 7 –Trator tentando retirar caminhão utilizado no transporte de Leite que estava atolado em estrada no Assentamento Marcos Freire, Rio Bonito do Iguaçu-PR.	61
Figura 8 – Ônibus atolado na estrada sendo puxado por trator em dia de chuva na Comunidade Alto Água Morna, Assentamento Marcos Freire. Rio Bonito do Iguaçu - PR.	63
Figura 9 – Imagem utilizada na Campanha Calçamento ligando as comunidades Água Morna e Centro Novo a BR 158.	64

LISTA DE ABREVIATURAS

Abr. Abril

Mar. Março

Mai. Maio

Sr. Senhor

LISTA DE SIGLAS

ACAMF. Associação Comunitária do Assentamento Marcos Freire.

APMF. Associação de Pais, Mestres e Funcionários.

APP- Sindicato. Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná.

CACIA. Central das Associações Comunitárias do Assentamento Ireno Alves dos Santos.

CE. Conselho Escolar

CEAGRO. Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia.

CEE. Conselho Estadual de Educação

CEISS. Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC. Ministério da Educação e Cultura.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

NRE. Núcleo Regional de Educação.

PCN. Parâmetros Curriculares Nacionais.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PPP. Projeto Político Pedagógico do Colégio.

SEE MST. Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

SEED. Secretaria de Estado de Educação.

SIT. Sistema de Informações Territoriais.

UFFS. Universidade Federal da Fronteira Sul.

UNICENTRO. Universidade Estadual do Centro Oeste.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1 OBJETIVO GERAL.....	16
1.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS.....	16
2. O COLÉGIO IRACI SALETE STROZAK E A RELAÇÃO COM A COMUNIDADE. 17	
2.1 COMUNIDADE COMO REFERENCIA DE INSERÇÃO DA ESCOLA.	17
2.2 COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO IRACI SALETE STROZAK.	18
2.3 O PAPEL DA COMUNIDADE NA CONSOLIDAÇÃO DO COLÉGIO IRACI SALETE STROZAK.....	22
2.4 O PAPEL DA ESCOLA E A RELAÇÃO COM O CONHECIMENTO.	27
3. O PROJETO EDUCATIVO DO COLÉGIO IRACI SALETE STROZAK.....	32
3.1 IDENTIDADE DA ESCOLA DO CAMPO.....	32
3.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA.	37
3.3 OS ESPAÇOS DE GESTÃO NA ESCOLA.	39
3.3.1 ASSEMBLEIA ESCOLAR.....	40
3.3.2 CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO.	43
3.3.3 APMF/ CONSELHO ESCOLAR.	47
3.3.4 ELABORAÇÃO DO PPP.....	52
4. DESAFIOS PRESENTES NA REALIDADE DO COLÉGIO IRACI SALETE STROZAK.	55
4.1 FECHAMENTOS DE ESCOLAS.	55
4.2 PRECARIZAÇÃO DAS ESTRADAS.....	61
4.3 FALTA DE PROFESSORES.....	66
4.4 FALTA DE INTERESSE DOS EDUCANDOS.....	69
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.	75
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	78

1. INTRODUÇÃO.

A gestão democrática é uma construção da sociedade moderna, fruto da luta da burguesia para sua ascensão e manutenção no poder. Os trabalhadores lutam por outra democracia, entendendo a importância dos processos democráticos consolidados no capitalismo para a transição a uma nova sociedade. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), construído pelos trabalhadores em luta, defende e luta por democracia, essa expressão está em todos os setores/frentes de luta e organicidade do MST, inclusive na escola.

O presente trabalho tem como finalidade destacar a relação entre as comunidades dos Assentamentos Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e 10 de Maio na constituição do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak¹ (CEISS), observando o processo da construção de uma gestão democrática, conforme anunciado e defendido nos princípios pedagógicos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Para tanto ele está constituído em três capítulos que são: O Colégio Iraci Salete Strozak e a relação com a Comunidade; O Projeto Educativo do Colégio Iraci Salete Strozak; Desafios presentes na Realidade e a construção da gestão democrática do Colégio Iraci Salete Strozak.

No Primeiro Capítulo: *O Colégio Iraci Salete Strozak e a relação com a Comunidade* é feito um resgate histórico da constituição dos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire e da construção do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak dando ênfase ao papel da comunidade na consolidação do Colégio. Também será analisado o papel da escola no trato com o conhecimento voltado para os sujeitos que a constituem.

O Segundo Capítulo: *O Projeto Educativo do Colégio Iraci Salete Strozak*, busca-se analisar o projeto educativo do Colégio e a importância da realidade/comunidade no diálogo com o conhecimento buscando compreender a identidade da escola do campo e os espaços de participação da comunidade dentro do CEISS, entre eles: a Assembleia Escolar; Conselho de Classe Participativo; APMF / Conselho Escolar e a Avaliação do PPP.

¹ Nesta pesquisa vamos nos referir ao Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, como Colégio Iraci Salete, pois este é o nome mais usual no contexto escolar. Também será denominado pelas iniciais CEISS que é a sigla utilizada em outras pesquisas para se referir ao Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak. Em alguns casos vamos nos referir ao colégio como Escola conforme o contexto que a palavra estiver inserida.

Já no Terceiro Capítulo: *Desafio presente na Realidade e a construção da gestão democrática do Colégio Iraci Salete Strozak* tem por finalidade investigar alguns desafios que estão presentes no cotidiano do CEISS, como a rotatividade professores; fechamento de escolas; falta de interesse; precarização das estradas; e como estes processos são assumidos pela escola e pela comunidade, num processo de construção de uma gestão coletiva dos problemas.

Este tema foi escolhido, pois sou membro da comunidade que abrange o Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak. Fui educando do mesmo e cursei o Ensino Médio no período de 2011, 2012, 2013. No ano de 2014 fui bolsista pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) no projeto “Complexo de Estudo: dos referenciais da Pedagogia Socialista às Práticas Educativas que exploram caminhos na construção da Escola do Campo, através da arte e da cultura” desenvolvido no CEISS onde eu fui responsável pelo projeto cultural. No ano de 2015 e 2016 fui voluntario no projeto cultural da banda e percussão do Colégio.

A minha inserção no colégio suscitou o interesse de pesquisar como ocorreu e ocorre a relação entre as comunidades dos Assentamentos Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e 10 de Maio.

O procedimento metodológico escolhido foi a pesquisa de campo, sendo realizadas entrevistas com professores, pedagogos e membros da comunidade que no texto estão identificados como entrevistados “A”, “B”, “C”, “D”, “E” e “F”. Para a realização das entrevistas utilizadas no primeiro capítulo (entrevistados “A” e “B”) foi aplicado o seguinte questionário aos entrevistados: Como foi pensada a construção do colégio ainda no Acampamento? (foi uma demanda da comunidade?) Quem escolheu o local? Como foi a participação da comunidade no processo de construção do colégio (Obs. verbas, mão de obra etc.); Qual o significado do colégio para a comunidade recém-assentada?; Como foi a relação escola e comunidade no processo de construção do Colégio Iraci Salete Strozak?; Como foi pensada a construção dos princípios pedagógicos?; A comunidade estava presente nesta discussão?; Como se deu a escolha do nome? Quem escolheu e o porquê da escolha? A comunidade participou deste processo, conhece quem foi a Iraci Salete?

Na entrevista desenvolvida referente ao segundo capítulo (entrevistado “C”)² foi utilizado o seguinte questionário: Qual a importância de um Conselho de Classe Participativo para os educandos do Colégio?; Como ocorre a participação dos educandos na Assembleia Escolar? E qual a importância deste momento?

Ainda no Segundo Capítulo na entrevista realizada com o entrevistado “D” foi utilizado o seguinte questionário: O colégio possui um conselho escolar?; As reuniões são agendas periodicamente ou quando há necessidade?; Quem participa do conselho escolar?; Quais são os assuntos discutidos no Conselho Escolar?; Em que medida o colégio acredita que os pais podem aproveitar o espaço do Conselho escolar para colaborar na construção e na execução do PPP?; O colégio possui Assembleia Escolar? Se sim, quando ocorre este momento?; Quem participa da Assembleia Escolar?; Quais são os assuntos discutidos nestas reuniões?; Como ocorre a construção e a avaliação do PPP?; Quem está presente neste momento?

No terceiro capítulo na entrevista desenvolvida com o entrevistado “F” foram utilizadas as seguintes questões: Como se apresenta no colégio a falta de interesses dos educandos em relação ao aprendizado?; Como o colégio e a equipe Pedagógica buscam encarar este problema? E como os pais (e a comunidade) podem contribuir na solução do mesmo? E ao entrevistado “E” foi utilizada a seguinte questão norteadora: Quais são as principais dificuldades encontradas no cotidiano do desenvolver o seu trabalho de Motorista de transporte escolar?.

As distinções entre os sujeitos dos blocos de entrevistados se deu devido a sua relação com o assunto discutido.

Os relatos colhidos a partir da exposição oral dos entrevistados foram gravados em MP3 com autorização do entrevistado e em seguida, foram transcritos e uma cópia foi direcionada aos mesmos.

Também foram realizado de pesquisas documentais e referencias bibliográficas em Hammel; Andreetta e Silva (2007), Projeto Político Pedagógico (CEISS, 2009, 2013), Rodrigues (2003), Souza (2009), Brasil (1996; 1998; 2006; 2008...). Hammel (2013), Menin e Silva (2012; 2015), Mólina e Jesus (2004), Santos e Souza (2007), Paraná (2003; 2005) MST (2005; 2010; 2012; 2018) entre outros.

O Entrevistado “C” é um grupo de educandos do CEISS. Este grupo é constituído por cinco educandos, sendo eles: um educando do ensino fundamental (9º ano), três do ensino Médio Normal (2º e 3º ano) e um do Curso de Formação de Docentes (4º ano).

1.1 OBJETIVO GERAL.

Compreender como se estabelece a relação entre o Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak e as Comunidades dos Assentamentos Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e Dez de Maio, na construção da gestão democrática dos processos educativos e que interessam a comunidade.

1.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS.

1.2.1 Compreender como a comunidade contribuiu para o processo de construção das instalações físicas e pedagógica do colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak.

1.2.2 Compreender o projeto educativo do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak e a importância da realidade/comunidade no diálogo com o conhecimento.

1.2.3 Analisar quais são os espaços de participação da comunidade dentro do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak.

Neste sentido ao final do trabalho constituir-se um panorama dos processos de democratização do ensino e da participação da comunidade nos momentos de decisões da escola, como isso de fato contribui na formação de sujeitos vinculados com a luta do MST para transformação social, desde os processos de escolarização formal. A percepção inicial é que a garantia da escola está na luta constante da comunidade ao mesmo tempo em que a escola fortalece a comunidade, seja em lutas pontuais como estruturais, tais ou mobilidade, acesso à saúde, tecnologia e desenvolvimento social e econômico.

2. O COLÉGIO IRACI SALETE STROZAK E A RELAÇÃO COM A COMUNIDADE.

Neste capítulo será feita uma análise de como ocorreu e ocorre a relação entre o Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak (CEISS) e a comunidade que a mesma atende os Assentamentos Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e Dez de Maio, buscando compreender o papel fundamental que a comunidade teve na conquista da escola e na elaboração dos princípios pedagógicos e na construção da sua estrutura física.

2.1 COMUNIDADE COMO REFERENCIA DE INSERÇÃO DA ESCOLA.

Antes de adentrarmos nos processos de interrelação entre o CEISS e a comunidade é fundamental que tenhamos conhecimentos prévios sobre o que significa o termo *comunidade*, uma vez que o mesmo traz elementos de interconexões entre os sujeitos e o local, pautados numa dimensão cultural e social perene, como é possível observar nas definições abaixo.

Segundo o dicionário Aurélio (HOLANDA, 2010) comunidade é o “Estado do que é comum; paridade; comunhão, identidade: comunidade de sentimentos. Sociologia: Agrupamento social que se caracteriza por acentuada coesão baseada no consenso espontâneo dos indivíduos que o constituem”.

Já Foracchi e Martins, (1977, p. 255-275) conceituam comunidade como sendo um tipo de relação social seja ela clube, aldeias ou municípios que simbolizam laços impessoais.

“O termo comunidade, portanto, é entendido como algo público, compartilhado e que transcende a questão espacial; está ligado, ainda, com a construção da identidade e dos valores.” (MENIN; SILVA, 2015, p. 139).

A comunidade tem função de participar do cotidiano da escola, seja em seus aspectos pedagógicos, administrativos e políticos e não deve ser formada apenas por educando e seus familiares e sim por todas as pessoas que moram próximo a escola ou de alguma forma se relacionam com a mesma.

Segundo os estudos até aqui desenvolvidos e trazidos nesta análise demonstram que a comunidade³ teve um papel fundamental na origem do Colégio Iraci Salete Strozak, este colégio que foi formado a partir de muitas lutas e com o

³ Ao me referir “Comunidade” estou me referindo aos pais, professores, educandos, funcionários, pessoas que ajudaram direto ou indiretamente e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

objetivo de atender os interesses do povo do campo, como descreve Hammel (2013, p. 21) ao se referir ao CEISS como sendo “[...] uma escola pública que se propõe a ir contra a lógica estatal e que se coloca a serviço dos trabalhadores do campo.” Isto levando em consideração que o Colégio “[...] É o resultado da luta dos recém-assentados pela garantia ao acesso à escolarização, numa época em que a política educacional do Estado era marcada pela precarização da escola pública [...]”. (CEISS 2013, p. 11)

Conforme o PPP do Colégio (CEISS, 2013, p. 11) este inicialmente era uma extensão da Escola Estadual José Alves dos Santos que se localizava muito distante para que os educandos conseguissem frequentar, a partir daí surgiu a necessidade de criar uma escola mais próxima dos educandos, foi então que se iniciou o processo de criação do Colégio Iraci Salete Strozak, na comunidade Vila Velha antiga sede dos empregados, empreiteiros e demais trabalhadores da construção da Usina Hidrelétrica Salto Santiago.

2.2 COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO IRACI SALETE STROZAK.

O CEISS localiza-se no Assentamento Marcos Freire, porém atende educandos também dos Assentamentos Ireno Alves dos Santos e Dez de Maio, sua sede está localizada na comunidade Centro Novo que é composta por 60 famílias, “[...] O colégio deu início a suas atividades no ano de 1998, com a desapropriação de mais espaço da área para aqueles que ficaram excedentes no primeiro assentamento”. (MARQUARDT, 2016, p. 3). A Comunidade Centro Novo está distante 28 km da sede do município de Rio Bonito do Iguaçu.

A Comunidade centro Novo localiza-se no município de Rio Bonito do Iguaçu, pertencente ao Território Cantuquiriguaçu⁴ no Centro-Sul do Estado do Paraná e ao Núcleo Regional de Educação (NRE) de Laranjeiras do Sul, região Sul do Brasil. (CEISS, 2013, p. 8).

² Segundo o Sistema de Informações Territoriais, o território Cantuquiriguaçu – PR abrange uma área de 13.986,40 Km² e é composto por 20 municípios: Campo Bonito, Cândói, Cantagalo, Catanduvas Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinhos, Nova Laranjeiras, Pinhão, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Virmond, Diamante do Sul e Porto Barreiro. A população total do território é de 232.546 habitantes dos quais 107.473 vive na área rural, o que corresponde a 46,22% do total.

Possui 21.184 agricultores familiares, 4.264 famílias assentadas, 4 comunidades quilombolas e 1 terra indígena. Seu IDH médio é 0,72.

Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

O Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak em seu Projeto Político Pedagógico (CEISS, 2013, p. 8) descreve que o Colégio oferece várias modalidades no nível de Educação, como: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio, Normal e Educação de Jovens e Adultos conforme descreve o PPP CEISS (2009/2013) “a luta por educação no Colégio Iraci Salete Strozak, não foi diferente das demais conquistas do povo da terra entre elas: terra, educação e trabalho” (CEISS, 2009, p.9; CEISS, 2013, p. 11). Ou seja, o colégio é fruto de uma construção coletiva, nasceu da luta e se estrutura nela, tendo a sua origem a partir da implantação de uma das maiores áreas de Reforma Agrária do país (Assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire e 10 de Maio) possuindo em torno de 1500 (um mil e quinhentas) famílias. Estes assentamentos são resultado de um conflituoso processo de negociação entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o governo federal e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que é o órgão responsável pela política agrária e fundiária rural no país. Na história da educação brasileira, tem sido determinante o fator da localização da população no que se refere à oferta de oportunidades de escolarização. (CEISS, 2009, p.7; CEISS, 2013, p. 11-13)

Segundo Fonseca (1989 apud RODRIGUES, 2003, p. 96) um dos problemas enfrentados na educação da classe trabalhadora rural é a “negação da escola para si e seus filhos, [...] a impossibilidade real e concreta de acesso ao saber sistematizado e a compulsoriedade dos projetos educativos não escolares não exigidos pela reprodução ampliada do capital”.

Contraopondo a esta privatização e negação da educação à classe trabalhadora do campo, o MST trabalha por uma educação voltada para os sujeitos do campo e sua identidade “com projeto pedagógico e político que fortaleça novas formas de desenvolvimento do campo, baseados na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito ao meio ambiente e na valorização da cultura camponesa”. (RODRIGUES, 2003, p. 98)

O CEISS por estar localizado em uma área de assentamento do MST e ter grande influência do Movimento, segue assim os seus princípios e a função da educação que para o MST é:

Transformação Social; Educação para o trabalho e a cooperação; Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; Educação com/para valores humanistas e socialistas; Educação como processo permanente de

formação/transformação humana. [...] entendida como uma das dimensões da formação, tanto em sentido amplo da formação humana como no sentido restrito de formação de quadros para a organização e para o conjunto das lutas dos trabalhadores. Suas principais bandeiras de luta são: educação pública com financiamento estatal, disseminação da cultura e do direito à educação. (RODRIGUES, 2003, p. 98 - 100)

As primeiras estruturas do colégio foram “[...] provisórias, em antigos barracões utilizados para guardar máquinas, em barracos de lona, em alguns casos, também, dentro de ônibus escolares e embaixo de árvores [...]” (CEISS, 2013, p. 11).

Esta primeira estrutura do colégio se localizava na Sede onde hoje é a comunidade de Alta Floresta no assentamento Ireno Alves dos Santos.

Posteriormente o colégio passou a funcionar em um barracão que antes era utilizado para guardar máquinas da antiga empresa Giacomet S.A, hoje Araupel S.A. Este barracão não possuía divisório, por isto os grupos de educandos estudavam um ao lado do outro, com conteúdos diferentes o que dificultava a sua aprendizagem.

A organização do colégio desde sua construção naquele momento acontecia a partir do trabalho voluntário do acampamento, de professores e educandos.

Conforme descreve o PPP (CEISS, 2013, p. 11) após um determinado período aproximadamente dois meses de permanência nestas instalações, o Colégio mudou-se para uma nova instalação, a Localidade de Vila Velha⁵, onde havia apenas três salas de aula e o acesso era mais fácil, pois havia asfalto até a localidade.

Além de ser asfaltada a antiga Vila Velha também possuía: “[...] ruínas de quadras esportivas, uma piscina, prédios onde antes funcionavam hospitais, cadeia, centro comercial e rodoviária”. (HAMMEL; ANDREETA; SILVA, 2007, p. 84).

⁵ Ana Cristina Hammel (2013) em sua dissertação de mestrado: **Ciclos de Formação Humana no Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak**, nos ajuda a entender o que foi a Vila Velha: “A Vila Velha é uma antiga vila residencial e comercial dos funcionários da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago localizada em Rio Bonito do Iguaçu, às margens da BR 158, abandonada após a conclusão da obra, cuja estrutura, ali existente, (prédios, piscinas, ruínas do antigo hospital, centro comercial, entre outros) foi utilizada para a instalação da escola.” (HAMMEL, 2013).

O entrevistado “A”⁶ relata como ocorreu o processo de implementação do colégio Iraci Salete Strozak e a necessidade da mesma se mudar para a Vila Velha (a Vila Velha fica aproximadamente a 11 km de distância da sede atual do CEISS)

[...] No primeiro momento nós chegamos lá na Sede né, que é onde estava todo o pessoal que ainda era o acampamento, daí lá nós tivemos a primeira escola que era a José Alves que foi a escola lá na Sede mesmo, e de lá depois do período que nós estávamos na Sede que nós precisamos encontrar outro espaço, né que pudesse atender todas as pessoas, porque em 1998 houve a divisão, ou seja, como a gente fala a entrega dos lotes, daí todos os educandos que estavam na Sede se espalharam pelo assentamento, daí a escola teve um decréscimo, assim muito grande dos educandos daí o que nós pensamos, nós temos de ir à busca dos educandos Né. A gente sabia das dificuldades, aí pensamos e reunimos a comunidade e definimos por a gente buscar um espaço onde ficasse mais fácil mais próximo para todos e aí o local pensado foi a antiga Vila Velha que era um ponto mais de referência que já tinha uma certa estrutura e aí nós mudamos então fizemos uma extensão da escola José Alves lá na Vila Velha. Neste primeiro momento né, passamos também uma etapa pelo Centrão no Alto Floresta, ficamos ali cerca de, talvez acho que nem dois meses ficamos ali numa situação bastante precária e daí já conseguimos arrumar a Vila Velha um espaço adequado pra gente levar a escola pra lá, daí em 1998 acho que na metade de 98 nós conseguimos mudar pra Vila Velha e lá nós começamos a construir então tanto a questão de estrutura quantos as discussões que já haviam né da escola, do Colégio Iraci Salete Strozak. (ENTREVISTADO “A” 08/03/2017)

Como vimos, a Vila Velha foi uma estrutura abandonada após o término da construção da usina de Salto Santiago, essas instalações foram reutilizadas para as salas de aulas, secretaria e demais necessidades do colégio.

A princípio a escola funcionou nas dependências onde antes era a delegacia e a sede do corpo de bombeiros, posteriormente os professores, com a colaboração dos pais e educandos, construíram mais três salas de aula [...] O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra cedeu a madeira, sendo que a construção ficaria a cargo dos pais e professores. (HAMMEL; ANDREETA; SILVA, 2007, p.92).

Figura 1 – Fotos da Comunidade construindo o Colégio Iraci Salete Strozak nas antigas ruínas da Vila Velha.

⁶ Professor formado em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), especialista em Didática e Metodologia do Ensino pela Universidade do Norte do Paraná (Unopar) e pioneiro na construção do CEISS.



Fonte: Arquivo do Colégio Iraci Salete Strozak, 1998⁷.

As fotos acima mostram a construção e a reforma de três salas que foram utilizadas para implementar o funcionamento do Ensino Médio no colégio.

Segundo Hammel, Andreetta e Silva, (2007, p. 92) “A decisão da ampliação do colégio para o funcionamento do ensino médio foi tomada a partir de uma reunião no final do ano letivo de 1998, onde os pais e a comunidade estiveram presentes.”.

A consolidação do colégio aconteceu por volta do ano de 1998. Nesse momento algumas exigências do NRE e da Secretaria de educação do Estado (SEED) impediam o funcionamento legal do novo colégio que passaria futuramente a se chamar Colégio Estadual Iraci Salete Strozak. (CEISS, 2013)

Já no ano de “[...] 1999, a escola Iraci é autorizada a funcionar. A Resolução 714/99 garante que ela oferte turmas de ensino fundamental, anos finais e ensino médio, sobretudo à correção de fluxo.” (HAMMEL, 2013).

2.3 O PAPEL DA COMUNIDADE NA CONSOLIDAÇÃO DO COLÉGIO IRACI SALETE STROZAK.

Segundo Monteiro (2003 apud HAMMEL; ANDREETA; SILVA, 2007, p. 78) “o processo de construção do colégio ocorreu por meio da mobilização de assentados,

⁷ As fotos também estão presentes no Livro: **Escola em Movimento: a conquista dos assentamentos**, Colégio Estadual Iraci Salete Strozak. HAMMEL, Ana C; SILVA, Nilton J; ANDREETTA, Ritamar. (2007)

pais, mães e/ou responsáveis educadores (as) e educandos (as), pois não havia contribuição dos órgãos públicos, municipal e estadual”.⁸

O entrevistado “A” também relata um pouco sobre esta resistência do governo para com o colégio e o papel fundamental que a comunidade teve neste processo, tendo em vista que segundo O Estatuto da Criança e do Adolescente

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à liberdade e a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990).

Quando nós chegamos à Vila Velha né os recursos do estado na época, a gente precisa deixar bem claro isto né, que era uma escola com muita resistência por parte do governo né, por parte do governo, era uma demanda, era uma vontade da comunidade, mas que não recebia eco nas instituições públicas tanto na questão do município quanto principalmente na questão do estado, do espaço e das verbas, então nós fizemos num primeiro momento tudo o que foi construindo lá as salas de aula que nós construímos foi com a doação de madeira da comunidade, os pais e educandos e membros da comunidade doaram alguns professores também ajudaram e a mão de obra também feita, feita pela comunidade, fizemos as salas que eram necessárias naquele momento e com toda dificuldade, mas sempre nós buscamos junto ao estado aquilo que era de direito nosso, que era a questão da merenda, que era a questão da iluminação, que era a questão da água que foi uma luta muito grande, com todas as dificuldades, mas nós sempre insistindo, daí a organização do Movimento e da comunidade foi fundamental, se fosse talvez por uma outra situação não seria possível, mas como a gente tem esta questão da organização muito forte né o Movimento Sem Terra tem isto de, de reivindicar e ser organizado nisto a gente tinha um respaldo e aí nós fomos conquistando aos poucos, mas a maioria das coisas foi por força mesmo da comunidade e da equipe que trabalhava no setor de educação do Movimento Sem Terra, né da, dos professores da comunidade.

[...] Desde o começo nos já percebemos isto né a comunidade sempre, e aí as lideranças eram muito mais atuantes naquele momento até por conta das circunstâncias né como era um assentamento e era uma coisa recente eles estavam muito presente o setor de educação do movimento e a comunidade e a gente percebia que os pais exigiam transporte exigiam escola e estrutura e era uma necessidade e eles diziam isto claramente né. Aquelas dificuldades que nós tivemos com o não acesso à escola nos não queremos para os nossos filhos, nós queremos que eles tenham todas as condições, as mesmas condições que as pessoas da cidade tenham então baseado nisto e com ajuda deles nós fomos à busca disto. (ENTREVISTADO “A”, 08/03/2017)

O relato acima demonstra que mesmo com muitas dificuldades, graças à organização do MST e da comunidade aos poucos foi se tornando possível construir salas e possibilitar melhores condições de estudo para os educandos.

⁸ Para obter mais informações sobre este processo de construção do CEISS consultar o livro **Escola em Movimento - A conquista dos Assentamentos – Colégio Estadual Iraci Salete Strozak**. HAMMEL, Ana Cristina, SILVA, Nilton José Costa, ANDREETTA, Ritamar. (2007).

Neste momento como destaca o relato, a vinculação da comunidade com a escola e o MST se mostrava muito presente, pois era um momento marcado por lutas diárias por uma educação digna que oferecesse novas oportunidades que até então foram negadas á maioria da população trabalhadora que habitava este novo assentamento.

O entrevistado “A” também relata uma das ocasiões em que a comunidade foi fundamental para resolver um dos problemas enfrentados pela escola, sobretudo nas negociações com a prefeitura.

[...] quando tiraram o gerador da Vila Velha, que era o que pra nós ajudava a puxar água e uma série de coisas que a prefeitura municipal daquela ocasião tirou, diz que eles utilizariam em outro local e foi fundamental o trabalho da comunidade junto com os educandos e com a equipe do colégio pra gente conseguir resgatar trazer de volta aquele gerador que era fundamental pra que a escola funcionasse né, então são lutas assim do dia a dia que era fundamental e que os pais estavam presentes, muitos presentes na escola para ajudar, senão a gente teria tido muito mais dificuldades das que nós tivemos. (ENTREVISTADO “A”, 08/03/2017)

O entrevistado “B”⁹ que hoje é assentado no Assentamento Ireno Alves dos Santos nos relata também sobre a retirada do Gerador (já citado acima pelo relato do entrevistado “A”) que era fundamental para que o colégio continuasse funcionando.

O gerador quando ele (prefeito) retirou eu fui à prefeitura e foi conversado com três vereador, dai combinemos com os vereadores e viemos ali na escola conversamos com os professor e foi tirado foto de tudo e de todo mundo ali e dali foi feito um processo que foi levado pro promotor e dai no outro dia o Prefeito Bovino teve de mandar de novo o gerador pra funcionar ali do jeito que era.(ENTREVISTADO ‘B’ 24/03/2017)

Como demonstram os relatos acima é possível observar que a comunidade teve uma função muito importante na origem do colégio e na sua construção física. Mas a comunidade também esteve presente na construção dos princípios pedagógicos do colégio como relato do entrevistado “A”

[...] desde o começo a comunidade foi sempre muito presente, nós já tínhamos assim uma visão de um trabalho que era realizado no Rio Grande do Sul, com alguns assentamentos e estas ideias, estes princípios vieram, os princípios do movimento da educação vieram pra nós, e nós queremos uma escola mais não vai ser uma escola como outra escola comum que você faz lá no interior com todos os vícios da cidade que tem as características, mas que não pense nos indivíduos que está ali, então nós queremos uma escola diferente, dai pra isto a comunidade veio discutir e falou nós queremos uma escola neste rumo, que discuta isto e que discuta o papel importante que nós temos dentro da sociedade, que a pessoa que

⁹ Agricultor assentado no Assentamento Ireno Alves dos Santos e um dos membros da comunidade que ajudaram na construção do CEISS.

está aqui no interior tem que ter as mesmas condições e que nossos filhos possam a ter uma educação de qualidade que sejam críticos e que entendam a sociedade e que possam agir dentro da sociedade, estes são os princípios que nós buscamos, daí nós tivemos uma ajuda muito grande de vários companheiros né, de vários companheiros aí do Rio Grande do Sul de vários setores que vieram né, a Roseli Caldart sempre trabalhando com a gente, e outras pessoas do Rio Grande do Sul dando uma contribuição muito grande e pessoas aqui do Paraná também, da nossa região e que ajudaram muito pra que a gente definisse estes princípios, que a gente procura seguir até hoje. (ENTREVISTADO “A”, 08/03/2017)

Na fala do entrevistado fica explicitado que há uma preocupação para além da estrutura física do colégio Iraci Salete, mas também com o fazer pedagógico, assim como a existência de um projeto anterior a escola que é consultado e aprimorado com auxílio de outras pessoas para além da comunidade e do coletivo escolar. Isto demonstra a própria organização política do MST e neste caso específico do setor de educação do MST.

O processo de escolha do nome do colégio demarca também a participação da comunidade, dos pais e dos professores, tendo em vista que ele foi “[...]” uma forma de reconhecimento à companheira Iraci Salete Strozak, que fazia parte do Setor de Educação do MST e era uma batalhadora para que a educação acontecesse no assentamento” (HAMMEL; ANDREETA; SILVA, 2007, p. 85).

O entrevistado “A” que também fez parte desta discussão nos relata que:

[...] o nome do colégio foi bem naquele período, nós tivemos esta perda, esta tragédia né quando uma companheira do setor da educação do Movimento Sem Terra (MST) acabou sendo vítima num acidente de trânsito, e aí foi trazido o nome dela né pra gente debater e discutir se havia um consenso de que fosse homenageada, a escola o colégio com o nome desta pessoa que tinha contribuído e que estava contribuindo muito com o Movimento Sem Terra (MST). Então a comunidade participou ativamente e depois a gente levou para aqueles que não estavam presente nas discussões, pois nem todos podiam vir, mas acredito que a maioria da comunidade hoje sabe quem foi Iraci Salete Strozak e a importância que ela teve na educação e o nome do colégio é em homenagem a ela e pelo trabalho que ela realizava. (ENTREVISTADO “A”, 08/03/2017)

Nos anos 2000 o “Colégio Estadual Iraci Salete Strozak passou a funcionar em dois períodos com oito turmas, mudando, dentro da própria Vila, para um espaço mais adequado que o anterior”. (HAMMEL; ANDREETA; SILVA. 2007 p. 94)

Este novo espaço escolhido dentro da própria Vila Velha era mais adequado, pois facilitava ao acesso a água que vinha por força gravitacional, dispensando assim o uso de bombas de água e outros mecanismos.

No ano de 2003, as novas instalações do colégio passaram a ser construídas na comunidade Centro Novo, no Assentamento Marcos Freire. A nova instalação

constava com 8 (oito) salas de aulas, biblioteca, laboratório, saguão e cozinha (CEISS, 2013, p. 12), estrutura pequena para atender a demanda da comunidade.

Assim, já na mudança inicia-se a luta pela ampliação, pois precisa de novas salas de aula: para Classe Intermediária, para Prática de Formação e outras atividades que o colégio realiza. (CEISS, 2009, p. 10)

Figura 2 – Estrutura do Colégio Iraci Salete Strozak na Comunidade Centro Novo, Rio Bonito do Iguçu-PR.



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor, 2017.

Segundo Monteiro (2003, p. 51)

Essa escola não foi construída na comunidade Vila Velha, como queriam as famílias e as lideranças do MST, e sim em outro local, que passou a se chamar Comunidade Centro Novo. Com essa estratégia de mudança geográfica colégio, o prefeito cujo os interesses do INCRA e a do governo do Estado, inviabilizou a Comunidade Vila Velha que hoje praticamente inexistente em termos de estrutura física.

Hammel (2013) descreve que:

Essa mudança acaba por desmobilizar o projeto do MST de construir, no local original um centro de educação e integração para os assentados. Todavia esse projeto foi retomado em partes com a instalação do Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO) em 2008.

Outro ponto importante a ser levado em consideração é que somente quando se tem uma comunidade ativa e que conheça as dificuldades e limitações da escola é que se torna possível ter conhecimento da fragilidade da educação das nossas escolas do campo, tendo em vista que “as formas tradicionais de desenvolverem-se as políticas públicas de educação rural, foram desqualificadoras da própria existência do campo e dos seus sujeitos.” (MOLINA; JESUS, 2004, p. 9).

E por isto que uma comunidade ativa pode reivindicar a forma de educação necessária. Baseando se nos apontamentos de Linhares (1997) verifica-se que:

[...] não temos um modelo pronto de escola que queremos. É preciso inventar uma nova escola. [...] Uma escola que represente desejos e projetos de quem concretamente a faz diariamente: educandos, professores, técnicos e auxiliares. Mas que não se limite a eles. A escola pública pertence à sociedade e precisa atender suas demandas múltiplas. (LINHARES, 1997, p. 57).

A escola mesmo sendo pública, pertencendo à sociedade, como já descrito na citação acima, sofre influências e em sendo gestada pelo Estado (estado capitalista) ela se demonstra sua posição diante da luta de classe, ou seja, está [...] à mercê de determinações do sistema social em que se insere, ela é também capaz de produzir alterações nesse sistema.” (HAMMEL, 2013, p. 48). A autora descreve também que é preciso reconhecer a importância que a escola assume na modernidade, o que passa por compreender em que aspectos ela contribui para a luta e emancipação dos trabalhadores. Acreditamos que este processo só é possível se a comunidade estiver efetivamente participando de todos os processos da escola, pois somente assim é possível assegurar um projeto vinculado às necessidades da classe social que atende.

2.4 O PAPEL DA ESCOLA E A RELAÇÃO COM O CONHECIMENTO.

A escola não é neutra, assim, ela pode desempenhar um duplo papel na sociedade burguesa, como nos afirma Rossler (2004, p 81-82). Este estudioso diz também que a escola vem para adaptar os indivíduos às relações existentes, objetivos burgueses e/ou servir de instrumento de luta – objetivo revolucionário. E que “[...] não podemos fugir do compromisso de escolher de que lado estamos. [...] é importante frisar que, para superação das ideologias comprometidas com a sociedade capitalista que perpassam a educação, não basta à crítica intelectual [...]”. Segundo o autor “as modificações na educação demandam o prático das reais

relações sociais e materiais, que fundamentam e determinam esta educação e suas produções teóricas, ideológicas.” (ROSSLER, 2004, p 81-82).

E quando há uma relação entre a escola e a comunidade ao mesmo tempo ocorre uma troca de experiência, saberes, ideologias e disseminações culturais, seja dentro deste espaço escolar ou fora dele. Dentro deste mesmo ponto de vista Freire (2002, p. 90) diz que “o espaço escolar não apenas é necessário para ensinar a ler palavras, mas antes, como um espaço que nos ensina a ler a realidade, agir sobre ela para então resultar em ações transformadoras.”.

O PPP do CEISS (2009, p. 12) descreve que “os primeiros educadores deste colégio traziam consigo a persistência e resistência para construir e aprender nas adversidades, assim ergueram não só as paredes da Escola, mas uma nova forma de ensinar.”.

Seguindo a mesma linha de Freire (2002) citado anteriormente o PPP (CEISS, 2009) descreve que a visão de conteúdo, método, avaliação e prática pedagógica do Colégio Iraci Salete Strozak são adaptadas de forma a atender a realidade que se apresenta. Tornando-se então uma nova escola “[...] que se constituía, com educandos e educadores formados a partir de suas vivências e suas necessidades.” (CEISS, 2009, p. 12).

Duarte (2000, p. 83), ao falar sobre a escola afirma que a escola é o espaço consolidado para a transmissão formal da cultura e da história construída pela humanidade, e que o ser humano vai se constituindo a partir das relações com os demais no processo histórico determinado por um modelo organizativo e uma escola construída socialmente.

Duarte (2000, p. 83), diz também que:

O desenvolvimento sócio-cultural do indivíduo é o desenvolvimento de um indivíduo histórico, portanto situado na história social humana, Para que esse desenvolvimento ocorra é necessário que o indivíduo se aproprie dos produtos culturais, tanto aqueles da cultura material como aqueles da cultura intelectual.

Não podendo ser diferente o período de luta para a construção do CEISS também foi marcado por este processo de troca de experiências que são fundamentais para a formação do ser humano como agente transformador da sociedade. O entrevistado “A” relata sobre as relações de trocas de conhecimentos que ocorreu no processo de construção do CEISS.

[...] como a escola surge numa construção da coletividade, então a gente acaba percebendo que a relação de proximidade né foi muito grande né, tanto é que hoje você encontra educandos daquele período né, isto, quase vinte anos faz isto, eles têm marcado muito nitidamente isto na memória deles né este período que nós tivemos que foi um momento muito rico, momento de muitas discussões muitos debates, muito companheirismo muita solidariedade, e que eu acho que isto foi fundamental na formação daquelas pessoas naquele momento e pra todos nós também, né eu me considero uma pessoa que hoje a bagagem que eu tenho grande parte disto foi construída no colégio Iraci Salete Strozak com o pessoal do Movimento Sem Terra (MST) e com outros Movimentos que a gente tem, é uma participação assim atuante, eu acho que teve uma relevância muito grande [...] (ENTREVISTADO “A”, 08/03/2017).

Conforme o relato citado o traço de conhecimento se dá a partir das relações de convívio entre os sujeitos de diversas realidades que ao se juntar no acampamento começaram a realizar as trocas de conhecimentos.

Seguindo nesta mesma linha o entrevistado “A” relata sobre a importância que este momento de construção teve e sobre o reconhecimento que hoje se tem deste período “rico” de coletividade e união:

[...] era um momento diferente, único né, nos estávamos criando uma escola em um assentamento recém-criado e com milhares de famílias, e acho que isto contribuiu muito né naquele momento e acho que serviu de exemplo e serviu muito pra todos que participaram naquele momento. Sempre nos buscamos e eu digo isto, pois as direções que passaram pela escola e equipes todas nós sempre buscamos muito isto que a comunidade toda participasse, lógico que você nunca conseguiu trazer toda a comunidade, mais traz parte muito representativa, então nós tínhamos o conselho que é o órgão principal o conselho escolar que as pessoas participavam e nós fizemos diversos momentos em que as pessoas viam pra escola, às vezes trazíamos alguma liderança da comunidade pra que viessem conversar vim fazer visita na escola, muitas pessoas, é um ponto que eu acho importantíssimo né, muitas pessoas de várias partes do mundo vieram aqui, pesquisando, contribuindo e aí os nossos próprios educandos e a comunidade iam contando pra eles a história do que, que era o colégio Iraci Salete Strozak e hoje esta história é conhecida no mundo todo né, nos temos o maior orgulho disto né. Mas os espaços eram estes que nós tínhamos o conselho escolar e alguns pais que participavam na escola e que viam visitar a escola e que a gente sempre dava este devido valor e reconhecimento e não tinha como ser diferente e a importância que eles tiveram na construção física do colégio e também na construção pedagógica do colégio né, os pais estiveram sempre presentes e fizemos grandes debates nos finais de semana, período de reuniões pedagógica que a comunidade participava e era importantíssimo você ver aqueles pais levantando e trazendo questões que a gente julgava necessárias e fundamentais para que a gente pudesse dar uma base boa para a nossa escola e que ela tem hoje né, esta base fundamental, pois aonde você fala do colégio Iraci Salete Strozak por mais que sejam vinte anos depois, mais tem uma base muito bem sedimentada que as pessoas respeitam e reconhecem em todo lugar que você vai. Também tinha a APMF o conselho escolar né, que a gente fazia e os pais eram representados nisto né, a gente fazia estas reuniões e os pais que estavam ali indicavam alguns outros e compunham a APMF e sempre foram muitos atuantes inclusive nos momentos difíceis lá que nós tivemos [...] (ENTREVISTADO “A”, 08/03/2017)

Os referencias da política nacional apontam que a relação da escola com a comunidade é uma rica contribuição, principalmente, pela relação de vínculo que estabelece com a realidade e os problemas da comunidade onde vivem seus educandos. Também destaca que: mostrar a importância da participação da comunidade na escola, de forma que o conhecimento apreendido gere maior compreensão, integração e inserção do mundo; a prática escolar comprometida com a interdependência escola/sociedade tem como objetivo situar as pessoas como participantes da sociedade (cidadãos) desde o primeiro dia de sua escolaridade. (BRASIL, 1998)

Já Bezerra (BEZERRA et al.2010 apud: MENIN; SILVA, 2012, p. 9) afirma que essa relação deve ser pautada pelo diálogo e pela participação. Esta ideia parte do princípio que todos os membros da comunidade têm condições de elaborar propostas para melhoria da educação. Nessa abordagem compreende-se a comunidade como participante das elaborações de propostas que partam de suas necessidades reais.

Ou seja, para que haja uma boa relação entre escola e comunidade é necessário que ambas estejam interessadas nesta relação, a escola e a comunidade devem caminhar juntas no processo de formação dos educandos.

A comunidade deve estar interessada em participar da escola, conhecer os problemas que ocorrem na mesma e ajudar a solucioná-los, participar das convocações da escola, seja ela para saber do desenvolvimento do educando ou para participar da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) ou da gestão escolar. É fundamental que os pais ou responsáveis dos educandos tenham conhecimento da verdadeira função da escola (e seus limites) e a função da família na educação do educando. Cabe à família ficar responsável pela socialização primária. Aquino e França nos ajudam a entender o que é socialização primária e socialização secundária.

Entendemos por socialização primária, a primeira socialização que a criança tem contato em sua infância, ou seja, a socialização mais importante de sua vida, pois é essa primeira socialização que estruturará o indivíduo para a socialização secundária. Na socialização primária ocorre o contato da criança com outros significativos (sistema de valores), no qual desperta uma ligação emocional, ligação esta que faz com que o indivíduo interiorize sendo que esse processo leva a criança a identificar a si mesma, tornando-a capaz de adquirir sua própria identidade.

[...]. A socialização primária constitui o primeiro mundo da criança, em que seus significativos que são de grande importância para a criança também despertam a confiança, o mundo apresentado pelos significativos é um mundo no qual tudo está bem incontestavelmente, somente mais tarde é que a criança começa a fazer questionamentos.

Nessa fase o aprendizado é transmitido através de uma sequência social já definida, cada fase da vida da criança determina o que deve ser aprendido [...]. É na socialização secundária que a criança começa a perceber o contexto social que está a sua volta, até então para a criança existia somente o mundo de seus pais, o qual ela internalizou sendo único e não como pertencente a contextos institucionais. Nesse momento, a criança compreende que o mundo de seus pais não é único, e que o professor é um funcionário institucional e que atua como uma função diferenciada da função que é exercida pelos seus pais em sua socialização primária. (AQUINO; FRANÇA p. 03)

Já a escola por sua parte deve relacionar conteúdos com a realidade e compreendendo os problemas e dificuldades do dia a dia do educando. Deve-se também convocar os pais para que acompanhem o desenvolvimento do educando conhecendo seus avanços e limites. Também é necessário que a escola realize reunião para apresentar aos pais alguns problemas que possam ocorrer na escola, como vandalismo, brigas etc., e junto (escola e comunidade) buscar solucioná-los.

Muitos camponeses mesmo sem ter condições para construir suas próprias casas se organizam para construir um colégio, com objetivo de garantir educação aos seus filhos e isto só foi possível a partir da participação da comunidade reunida e organizada que foi a peça fundamental na construção do colégio. Somente com comunidade ativamente participando é que foi possível construir uma escola que tenha como objetivo atender o sujeito do campo e seus interesses na luta por uma Educação do Campo.

Os estudos realizados até aqui demonstram a importância que o conhecimento tem para os camponeses, nas falas e nas ações fica perceptível que a escola é o lugar de aprender, assim vale toda a luta para construí-la e acompanhá-la, ela é assumida pela comunidade como algo que lhe pertence e que tem responsabilidade sob ela. Ela (escola) também como centro de cultura e de lazer, sendo o espaço de encontro das diferentes gerações nestes locais.

Após vermos um pouco das funções e da escola é possível observar que é fundamental que a comunidade participe da escola. Então surge uma questão: Quais são os espaços que a escola deve oferecer para que a comunidade participe? O próximo capítulo faz um levantamento destes espaços, como se efetiva o espaço de participação e de organização do conhecimento no CEISS.

3. O PROJETO EDUCATIVO DO COLÉGIO IRACI SALETE STROZAK.

Este capítulo tem como objetivo compreender o projeto educativo do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak e a importância da realidade/comunidade no diálogo com o conhecimento buscando compreender a identidade da escola do campo e os espaços de participação da comunidade no Colégio.

3.1 IDENTIDADE DA ESCOLA DO CAMPO.

O Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak é uma escola que tem um vínculo orgânico¹⁰ com o MST e se destaca por seguir os princípios do Movimento, conforme explicitado anteriormente e os princípios da Educação do Campo.

Para melhor compreender este fenômeno que é a Educação do Campo buscamos definições em Caldart (2012) que expressa que:

A Educação do Campo nomeia um *fenômeno da realidade brasileira atual*, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana. Como conceito em construção, a Educação do Campo, sem se descolar do movimento específico da realidade que a produziu, já pode configurar-se como uma *categoria de análise* da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras denominações. E, como análise, é também compreensão da realidade *por vir*, a partir de possibilidades ainda não desenvolvidas historicamente, mas indicadas por seus sujeitos ou pelas transformações em curso em algumas práticas educativas concretas e na forma de construir políticas de educação. (CALDART, 2012, p. 259)

Até o final do ano letivo de 2017 era a Escola Base das Escolas Itinerantes do Paraná, o que ocasionava um número maior de funcionários, nem sempre lotados pela SEED-PR. A condição de ser Escola Base das Escolas Itinerantes necessita de um serviço para além da escola, pois a principal tarefa da Escola Base é dar suporte e organizar a vida legal de todas as Escolas Itinerantes espalhadas em áreas de Reforma Agrária.

O Colégio, por ser Escola Base das Escolas Itinerantes tinha uma gestão composta por um Diretor (40 horas semanais), uma diretora auxiliar (40 horas

¹⁰ Ao dizer a frase “*vínculo orgânico*” quero me referir a uma ligação que se dá de forma natural, pois o CEISS é um fruto da luta dos Trabalhadores Rurais Sem Terra por uma educação de qualidade voltada para os interesses da classe trabalhadora.

semanais) e mais uma diretora auxiliar (20 horas semanais). Estas pessoas dividem as funções da direção do colégio, ou seja, para dar conta das atividades pedagógicas e administrativas e parte financeira de gerenciamento de recursos do colégio e de outras 12 escolas espalhadas nos acampamentos do MST no Paraná.

Atualmente, desde o ano de 2018 o CEISS é Escola Base da Escola Itinerante Herdeiros do Saber, pois a SEED-PR, atendendo a orientação do Conselho Estadual de Educação (CEE) desvinculou as demais escolas do colégio (PARECER CEE/CEIF/CEMEP Nº 15/16 APROVADO EM 07/12/16) e com isto o seu número de gestores foi cortado para apenas dois gestores no colégio.

As Escolas Itinerantes são escolas que estão localizadas em acampamentos do MST e que estão “[...] em meio a uma realidade específica, que eram as famílias Sem Terra, foi elaborado com referência a outras experiências que ocorriam no Brasil [...]” (CEISS, 2013, p 16), ou seja, os acampamentos do MST, as primeiras escolas surgem no Rio Grande Sul e a partir de então outros estados organizam em seus espaços, partindo das condições presentes nestes locais e dos princípios de educação do MST.

Neste sentido a Escola Itinerante se caracteriza pela efetiva participação da comunidade e mão de obra voluntária. Ela surge com a finalidade de atender os próprios educandos do acampamento, pois com os “[...] frequentes deslocamentos para outras escolas acarretavam problemas em relação ao aproveitamento dos educandos, a sua condição de acampado e ao conteúdo ideológico do currículo escolar.” (CEISS, 2009, p. 16).

Com as Escolas Itinerantes os educandos acampados passam a ter a oportunidade de ter o direito à educação mais próxima de suas moradias e voltada para a sua realidade atual que é o acampamento que por si só já é um espaço de aprendizagem do viver em sociedade.

A Escola Itinerante, assim como CEISS, são escolas do campo. Para essas, assim como para a construção do MST a realidade ganha uma dimensão importante na abordagem do conteúdo escolar, porém nestas escolas o conhecimento/conteúdo escolar é trabalhado combinado com a realidade onde a escola está inserida. Esta não é uma atividade fácil, pois ainda encontra grandes dificuldades em fazer estas relações, ocasionadas, muitas vezes pelo fato de a escola utilizar um currículo que não atende a realidade do camponês Sem Terra e pela falta de formação dos professores, que desconhecem (apesar inúmeros momentos de estudos) a proposta

de trabalho das escolas e/ou não acreditam nela, outras situações também são condicionantes e serão trabalhadas ao longo deste texto.

Na busca de superar este obstáculo o PPP do CEISS (2009, p. 25) expressa que a escola do campo só tem sentido quando é pensada a partir dos povos do campo. Quando trabalha a sua realidade e vivências juntamente com o conhecimento científico, ou seja, quando construída voltada para os interesses da comunidade. A escola do campo se caracteriza por ter uma identidade com aquela comunidade, por identificar-se com seus problemas, por vivenciar seus desafios, o que vai formando um jeito específico de ser escola, na relação com a comunidade.

Ainda, reafirmando esta ideia, o parágrafo único do art. 2º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (MEC, 2002, p.37).

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na sua temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de Ciência e Tecnologia disponível na Sociedade e nos Movimentos Sociais em defesa de projetos que associem as soluções por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Ou seja, a escola deve trabalhar os conhecimentos científicos buscando relacionar o máximo possível com a realidade do educando e da escola.

A escola deve fazer estas relações para que o educando compreenda a realidade onde o mesmo está inserido para assim então poder transformar a mesma. O PPP (CEISS, 2009, p. 28) traz esta questão expressa nas matrizes pedagógicas construídas pelo MST, dentre elas destaca-se a pedagogia da luta social, ou seja, educar para uma postura diante da vida. Isto se torna fundamental para a formação da identidade de um lutador do povo [...] “nada é impossível de mudar e quanto mais inconformado com o atual estado das coisas, mais humana é a pessoa. A luta social educa para a capacidade de pressionar as circunstâncias a fim de que se tornem diferentes do que estão.” (CEISS, 2009, p. 28).

A educação construída a partir da relação escola e comunidade tem uma função na conscientização do indivíduo como agente dos fatores sociais. Essa compreensão é definida no pensamento de Krupskaya (1921) onde a autora afirma que a educação tem como objetivo formar para determinados fins.

Por exemplo, a escola que atende as demandas da classe hegemônica (a burguesia) tem como objetivos de formar mão de obra, pois segundo Krupskaya (1921) a burguesia aprendeu como utilizar a escola para formar escravos, pois ela

sabe que com a violência nua ela não poderá manter o seu poder por muito tempo por isto ela utiliza a escola para promover a escravidão em massas.

Já a escola que tem a sua educação voltada para o trabalhador do campo deve ter como objetivo formar sujeitos que por si só consiga fazer uma leitura da realidade¹¹ e agir sobre ela.

O Colégio Iraci Salete busca atender estas necessidades do povo trabalhador Sem Terra expresso da seguinte forma em seu PPP (CEISS, 2009, p.31),

Quando organizamos um projeto de escola ele deve expressar o projeto de sociedade que defendemos. Na proposta do MST e do coletivo de educadores que atuam nestas escolas, fica bem claro que a sociedade que queremos é diferente da que temos hoje. Portanto, para atingir nossos objetivos precisamos entender que as mudanças são necessárias.

Com base nisto, o Colégio Iraci Salete Strozak busca se organizar de uma forma coletiva contando com a participação da comunidade e dos educandos, buscando assim formar seres humanos “lutadores e construtores; pessoas que saibam o que precisa ser construído, que saibam lutar pela construção e consigam identificar os melhores caminhos para que ela seja feita” (CEISS, 2013, p. 46), desenvolvendo assim o espírito de vida coletiva, contribuindo para uma vida melhor em uma sociedade mais solidária.

Esta forma de organização busca “Garantir que as práticas de trabalho, socialmente útil, realizadas na escola ou por sua intermediação, sejam desenvolvidas por meio de uma organização coletiva do trabalho, que se complexifique à medida que avance a idade dos estudantes e a formação dos (as) educadores (as) na mesma direção”. (CEISS, 2013, p. 46)

Neste caso o trabalho vem com o objetivo de deixar mais próximo a teoria que é trabalhada em sala de aula com a prática social, construindo assim uma educação voltada para a práxis.

O trabalho socialmente útil pode aparecer na escola em vários setores, tais como na Comunicação, na Cultura, na Arte, através de projetos como a Agroecologia, Teatro, Banda, Fanzine,¹²Rádio e oficinas desenvolvidas pelo colégio.

¹¹ Ao mencionar “*Realidade*” não estou me referindo apenas ao imediato (momentâneo), mas sim a todo um contexto histórico social, cultural, político e econômico enquanto forma organizativa da sociedade.

¹²O fanzine é uma mini-revista produzida a partir de recortes e colagens. O Fanzine tem como objetivo divulgar situações que ocorrem no cotidiano do CEISS. A produção do Fanzine ocorre

Para desenvolver essa forma de trabalho socialmente útil é necessário que os educandos deixem de lado o individualismo e passem assim a trabalhar de forma coletiva, exigindo assim grandes responsabilidades dos educandos com o coletivo no cumprimento de atividades e horários e na auto – organização.

Segundo informações contidas no Blog Oficial do CEISS (CEISS, 2014) e no PPP (CEISS, 2013) a ferramenta utilizada pelo Colégio Iraci Salete Strozak para colocar em prática esta forma de auto-organização são os Núcleos Setoriais, que são agrupamentos de educandos que se organizam para desenvolver as atividades conforme as demandas do colégio. Esta forma de organização busca inserir e aumentar o envolvimento dos educandos no processo de gestão escolar

Os Núcleos Setoriais do CEISS estão divididos da seguinte forma: Núcleo Setorial de Comunicação; Núcleo Setorial de Leitura; Núcleo Setorial de Cultura; Núcleo Setorial de Produção Agrícola; Núcleo Setorial de Memória; Núcleo Setorial de Esporte; Núcleo Setorial de Finanças; Núcleo Setorial de Embelezamento; Núcleo Setorial de Saúde e Bem-estar.

As divisões dos educandos para compor estes grupos podem ocorrer pelo critério da afinidade, porém sempre respeitando a divisão igualitária de gênero em cada Núcleo Setorial. Ao final de cada semestre também ocorre a rotatividade de educandos para garantir a participação de todos em todos os núcleos.

Os Núcleos Setoriais são espaços de organização dos educandos dentro da escola, são onde eles podem decidir e organizar formas de trabalho concreto. Desde os Setoriais os educandos participam das demais instâncias de decisões da escola, inclusive na Assembleia Geral, como veremos no decorrer do texto.

Como já ressaltado nesta pesquisa, para que tenhamos uma escola que atenda as nossas necessidades como classe trabalhadora do campo é essencial que tenhamos uma participação ativa juntamente com a escola para que lado a lado com a comunidade, de forma coletiva possam caminhar juntas em busca de uma educação voltada a atender os interesses da classe trabalhadora.

Para que a participação da comunidade na escola ocorra é fundamental que a escola disponibilize alguns espaços nas tomadas de decisões do dia a dia da mesma, como, por exemplo: discutir sobre possíveis investimentos de verbas na escola, problemas relacionados com educandos (vandalismo na escola etc.),

organização pedagógica, decisões sobre questões essenciais para o projeto educativo e social da escola. Alguns espaços de participação da comunidade são as Assembleias Escolares, APMF, Conselho Escolar, Conselho de Classe, avaliação do Projeto Político Pedagógico dentre outros. Sendo estes espaços de gestão democrática e de construção de uma escola pública que interessa ao público que atende. Nos próximos itens buscou-se construir uma análise a partir dos mecanismos de gestão que o Colégio utiliza com destaque para a participação da comunidade, entendida aqui como todo o coletivo escolar, educandos, professores, funcionários, organizações sociais, pais e demais interessados.

Para trabalhar os espaços da participação da comunidade na gestão democrática da escola consideramos necessário explicitar a definição de democracia em suas diferentes considerações na sociedade capitalista, para então entender como ela se constrói na escola pública e no colégio estudado.

3.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA.

Ao discutirmos sobre democracia é fundamental realizar um breve resgate de alguns termos da sua gênese.

Segundo o Guia do Cidadão (2015) o termo Democracia¹³ originar-se da junção de duas palavras: *demos* que significa povo e *kratos* que significa poder, ou seja, democracia significa o poder do povo. E este princípio de governo se desenvolveu em Atenas meados do século V (cinco) para o IV (quatro) a.C (antes de Cristo). É essencial destacar que na Grécia Antiga nem todos participavam das decisões políticas (escravos, mulheres, crianças e estrangeiros, não eram considerados cidadãos e não participavam da política da polis) dando assim uma forma de restrição a esta forma de democracia.

Ao discutir democracia na atualidade Ângelo Ricardo Souza (2009, p.130), destaca que a democracia já nasceu pronunciada com objetivo a educação política, da educação para a cidadania, enquanto assegurava que quanto mais a população pudesse ser participativa, mais ainda ela compartilharia da vida política e mais se

¹³ Na linguagem acadêmica e profissional da política encontram-se termos como: democracia liberal, democracia social, democracia representativa, democracia direta, democracia popular, democracia socialista, democracia participativa, democracia plebiscitária, democracia deliberativa, democracia radical, democracia burguesa e muitos outros. A ambiguidade do termo não se limita aos adjetivos que lhe são agregados. (CULTURADEMOCRATICA. **A origem do conceito de democracia.** Disponível em:<<http://www.culturademocratica.com.br/8203a-origem-do-conceito-de-democracia.html>>. Acesso em: 11 out. 2017.).

educaria sobre os seus direitos e interesses na democracia, ou seja, o povo controlaria o governo entretanto na democracia moderna é o governo quem tem o poder de controlar a população.

Quando falamos em gestão democrática é muito comum à primeira coisa que vem a mente é a escolha dos gestores escolares através do voto, ou seja, a regra da maioria. Está não deixa de ser uma ação democrática, mas gestão democrática vai muito além, é necessária que ao falar em gestão democrática já esteja subentendida a ideia de participação da comunidade nas tomadas de decisões.

Segundo Souza (2009) ao se limitar a gestão sempre a partir da lógica da maioria se passaria a correr um “risco de padronizar suas tomadas de decisão em procedimentos que podem ser mais expressão da violência do que da democracia” (SOUZA, 2009, p. 125), ou seja, passa a ter como principal argumento a força e a discriminação das minorias dando apenas “voz” à maioria.

Vários autores como Souza (2009) Touraine (1996) vão discutir também sobre Gestão Democrática relacionada à regra da maioria.

Para Touraine, (1996,) a democracia não pode ser restrita somente ao governo da maioria e que não existe democracia se não forem respeitados os direitos da maioria e da minoria, pois segundo o autor:

A democracia é o regime em que a maioria reconhece os direitos das minorias porque aceita que a maioria de hoje venha a se tornar a minoria no dia de amanhã e ficar submetida a uma lei que representará interesses diferentes dos seus, mas não lhe recusará o exercício de seus direitos fundamentais. (TOURAINÉ, 1996, p. 29)

De acordo com Ângelo Ricardo de Souza (2009), gestão democrática compreende-se então como:

Um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. Esse processo, sustentado no diálogo, na alteridade e no reconhecimento às especificidades técnicas das diversas funções presentes na escola, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola (SOUZA, 2009, p. 125-126).

Compreende-se também que quando os gestores escolhidos passam a utilizar o poder para exercer suas ações voltadas para suas opiniões pessoais sem o uso do diálogo nas tomadas de decisões acabam desconstituindo toda uma ideia de que seria uma gestão democrática. Defende-se que o dialogo, a participação e a

alteridade são fundamentais para gestão democrática, pois todos devem ser ouvidos baseando-se que a escola pública busca atender a todos, logo todos devem opinar e atuar sobre as suas decisões.

Como já destacado uma das principais características da gestão democrática é a atuação da comunidade nas decisões, mas é preciso levar em consideração que cada comunidade possui suas especificidades, logo é de se esperar que na educação do campo ocorra uma gestão diferente das escolas urbanas, pois é fundamental levar em consideração as suas necessidades e ninguém melhor para entender as necessidades da comunidade que a própria comunidade, ou seja, o gestor não pode dizer quais são os interesses da comunidade, pois este é uma função que só cabe a comunidade.

Neste sentido, nos próximos itens adentramos a analisar os espaços de gestão democrática no Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, buscando perceber como ocorre a participação da comunidade neste processo e como a realidade é considerada nos processos de decisões.

3.3 OS ESPAÇOS DE GESTÃO NA ESCOLA.

Segundo o Guia do Cidadão (2015, p.33) que busca disponibilizar aos paranaenses informações sobre os conceitos de democracia, política e cidadania, “as Instâncias Colegiadas são as formas de organização dos segmentos de representação da comunidade escolar.” Estas mesmas se fazem presentes através da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), no Conselho Escolar, nos Conselhos de Classe, nas Assembleias Escolares e na Construção do Projeto Político Pedagógico das escolas. Estas instâncias colegiadas são mecanismos para efetivação da gestão democrática no ensino público, ou seja, tem como objetivo garantir a ampla participação da comunidade na escola.

As Instâncias Colegiadas não buscam só representar a comunidade, pais, educandos, etc., mas sim fazer com que os mesmos atuem dentro da realidade da escola, para que a Gestão Democrática não fique apenas no papel através das leis, PPP e do Regimento Escolar, e sim que se tenha nas escolas uma atuação da comunidade na prática, no dia a dia enfrentando junto com a direção do colégio todos os obstáculos em busca de uma educação de qualidade que realmente faça a diferença na formação de jovens.

O CEISS tem como a sua maior instância de tomada de decisão a Assembleia Escolar que é o espaço onde todos participam, logo após a direção do Colégio juntamente com a APMF e o Conselho Escolar.

No Colégio Iraci Salete Strozak estes são os espaços onde a comunidade pode participar e construir proposições de ações para todo o processo educativo do colégio, assim uma gestão mais democrática. Nem sempre é possível trazer todos os pais para estarem participando destas instâncias, pois esta é uma deficiência encontrada em quase todas as escolas, ou seja, há uma resistência de alguns pais em relação a sua participação/atuação na escola. Entretanto, o colégio tem vários meios que buscam trazer estes pais para contribuírem no espaço escolar. Além das Assembleias, Conselho Escolar e APMF que já foram citados aqui, o colégio também conta com o Conselho de Classe Participativo que é um espaço de avaliação não só do desenvolvimento escolar dos educandos mas de todo o processo de aprendizado. Este momento conta com a presença de professores, educandos, funcionários, equipe de direção, equipe pedagógica, representantes da APMF/Conselho Escolar e dos pais. O colégio Iraci vem construindo mecanismos a partir de sua proposta para efetivar a gestão democrática e a participação direta do sujeito, pois compreende este como um espaço importante para formação humana, para constituição de novas bases societárias. Na sequência do texto procuramos elucidar cada mecanismos, procurando entender o papel que desenvolve no colégio, quais as pautas de decisão e como ocorre a participação da comunidade na efetivação da gestão democrática.

3.3.1 ASSEMBLEIA ESCOLAR.

Assembleia Escolar é mais um espaço utilizado para prática da democracia na escola, é neste momento em que educandos, pais, professores, funcionários, e todo o coletivo escolar reúnem-se para discutir, fazer críticas, dar sugestões e encontrar soluções para problemas e conflitos presentes no dia a dia da escola e da comunidade. É um espaço sem restrição de participação, ou seja, é aberto para que todos participem.

É o espaço de tomadas de decisões coletivas onde todos podem participar tendo assim seu maior princípio o diálogo que diferentemente de quando as decisões são tomadas por uma só pessoa a Assembleia evita aquilo que Araujo (2008, p. 19) chama de decisões injustas e autoritárias, ou seja, decisões tomadas a

partir dos valores e crenças de uma pessoa com autoridade legitimada pela sociedade. O Autor destaca também que quando devidamente bem coordenado e respeitando a todos a Assembleia torna o ambiente escolar mais dialógico e democrático. (ARAUJO, 2008, p. 19)

A Assembleia Escolar se torna fundamental para discutir alguns assuntos onde somente à equipe de direção e/ ou outras instâncias como Conselho Escolar não possa decidir por si só. Estes assuntos podem ser, por exemplo, a organização de uma mobilização para cobrar melhorias de alguns problemas como precarização das estradas ou para discutir sobre investimentos de verbas na escola ou também pode ser de caráter pedagógico.

No CEISS esta forma de organização por Assembleia Escolar tem grande importância na solução de problemas desde origem do colégio até nos dias de hoje, pois a Assembleia Escolar e a Comunidade Escolar são as maiores instâncias da escola. Estes são os espaços aonde todos se vêm como membros da mesma escola, com direitos e deveres.

Segundo a equipe de direção do Colégio (Entrevistado “D”) a Assembleia Escolar realiza as suas reuniões no início e no final de cada semestre ou sempre que surge uma necessidade, para a tomada de decisões e avaliação do processo educativo.

Na Assembleia Escolar são discutidos vários assuntos entre eles está à questão da perda de aula em dias de chuva (as suspensão das aulas ocorre em dias de chuvas devido a precariedade das estradas, implicando assim no transporte escolar). São discutidas quais as providências a serem tomadas para buscar resolver este problema. Outro assunto discutido é também o vandalismo que ocorreu e ocorre várias vezes dentro do espaço escolar. A Assembleia Escolar dialoga sobre as providências e penalidades a serem implantadas para buscar recuperar os educandos que têm esta postura e quais são as próximas ações a serem tomadas para evitar este tipo de problema dentro do espaço escolar, buscando sempre entender o contexto em que ocorre, a fase do desenvolvimento do jovem e as questões sociais que implicam na ação de cada problema encontrado.

Figura 3 – Foto da Assembleia Escolar realizada no Centro comunitário da Comunidade Centro Novo, Rio Bonito do Iguaçu-PR.



Fonte: Arquivo do Colégio Iraci Salete Strozak, 2014.

A imagem acima é o registro de uma Assembleia Escolar, onde se reuniram o Coletivo do Colégio Iraci Salete Strozak, pais, educandos, professores, funcionários etc.

Segundo o Entrevistado “C”¹⁴ este momento da Assembleia Escolar é importante Pois é:

Onde o educando tem, como que se diz, a oportunidade de se expressar e falar que está gostando, do que não está gostando e de procurar melhorias. Dali da Assembleia saem pontos para levar para a direção do que os educandos querem pro colégio e essas coisas, é importante que o educando tem voz dentro do colégio né. (ENTREVISTADOS “C”, 10/05/2018).

A Assembleia Escolar se caracteriza por ser um espaço onde o coletivo se reúne para discutir e buscar soluções para problemas que atingem o cotidiano tanto da escola quanto da comunidade. É na Assembleia Escolar que todos têm a garantia a o direito de participação construindo assim mais um espaço de se exercer a gestão democrática.

Outra forma de democratização das ações é o Conselho de Classe Participativo (CCP). No próximo item adentraremos na discussão das formas de

¹⁴ O Entrevistado “C” é um grupo de educandos do CEISS. Este grupo é constituído por cinco educandos, sendo eles: um educando do ensino fundamenta (9° ano), três do ensino Médio Normal (2° e 3° ano) e um do Curso de Formação de Docentes (4° ano).

democratização da gestão presentes no CCP do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak.

3.3.2 CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO.

Segundo Chaves e Lubian (2011) o Conselho de Classe nos dias atuais “tem se tornado um espaço de verificação de atos de indisciplina, tornando-se um espaço de julgamento dos educandos sem direito a defesa, um espaço de críticas improdutivas sobre a prática pedagógica”. (CHAVES, LUBIAN, 2011, pg. 13018)

A citação acima descreve a forma de Conselho de Classe nas escolas convencionais, consolidadas em nossa sociedade, onde o conselho de classe tem apenas como objetivo de ser classificatória, com destaque a produtividade e a disciplina de alguns educandos e a insuficiência e indisciplina de outros, consolidando a dicotomia presente na sociedade capitalista, onde uns são bons e outros ruins.

Se contrapondo a esta mecanismo de conselho de classe o Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak tem consolidado o *Conselho de Classe Participativo*, na tentativa de construir mais um mecanismo de se exercer a gestão democrática, participação e debate na escola, respeitando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9394/1996), que pressupõe que:

Art. 14 Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Baseado nesta prerrogativa, o colégio escolhe quais os caminhos que o mesmo vai estabelecer para por em prática a gestão democrática e o Conselho de Classe Participativo. Como o próprio nome já diz presume a participação da comunidade escolar, como já explicitado neste texto. Assim, o Conselho de Classe Participativo, espaço/momento onde é avaliado todo o processo educativo no espaço escolar. Ele ocorre de forma democrática visando o debate e a definição de ações comuns na superação de limites e na implementação de ações, sejam elas de cunho pessoal ou coletivo. A ideia é que desde o coletivo possam ser assumidas as responsabilidades individuais que interferem na construção de práticas educativas

coerentes com a proposta do colégio para formação humana dos educandos atendidos no processo educativo.

O Regimento Escolar do CEISS em sua Seção IV destaca que o Conselho de Classe são reuniões sistemáticas registradas, como descrito no Art. 28 que: “As reuniões do Conselho de Classe serão lavradas em Ata, pelo (a) secretário (a) da escola, como forma de registro das decisões tomadas.” (RE-CEISS, 2015, p.17).

O Conselho de Classe Participativo se divide em três momentos fundamentais: No primeiro momento “cada educando (a) deverá elaborar uma auto-avaliação, em forma de parecer descritivo, do seu desempenho em classe, levando em consideração os elementos da aprendizagem e de participação coletiva na turma.” (CEISS, 2013, p. 59).

Para o desenvolvimento da auto-avaliação dos educandos devem seguir um roteiro que tem algumas questões como: Participação nos trabalhos individuais e coletivo; Participação nas aulas; Aprendizagem com relação aos conteúdos; Responsabilidade em relação aos trabalhos (fazê-los e entregá-los no prazo) atividades em sala horários provas; Postura em relação aos educadores funcionários e colegas; O cuidado com os materiais da escola livros equipamentos espaço físico carteiras e outros materiais; Organização para tempo de estudo em casa, como ocorre este tempo o que é estudado e de que forma? E a participação nas atividades extraclasse.

No segundo momento, os educandos juntamente com os professores coordenadores de turma realizaram auto-avaliação da turma onde será realizada a avaliação do coletivo escolar. Nesta avaliação são discutidos os processos de ensino-aprendizagem a partir do planejamento da turma onde é debatido: O que foi possível aprender e o que faltou aprender; de que forma foi trabalhado; o que poderia ser melhor. Essas questões são debatidas coletivamente onde é avaliado disciplina por disciplina.

Neste processo também é discutido sobre os projetos e atividades em contra turno escolar onde é avaliada qual a relevância para aprendizagem, o que já está bom, por que e o que ainda precisa melhorar.

Também é avaliado como se dá a relação da turma com as demais turmas do colégio, a auto-organização, o relacionamento com professores coordenadores e demais educadores do colégio e quais as principais dificuldades da turma.

A turma em seu coletivo também avalia diferentes setores como: alimentação, limpeza, biblioteca, secretaria, equipe pedagógica e direção, transporte escolar, as estradas e os Núcleos Setoriais dos estudantes onde são considerados os aspectos positivos e negativos dando sugestões do que é necessário melhorar.

No Segundo Momento:

[...] o (a) educador (a) e educando (a) coordenadores (as) da turma com o apoio da Equipe Pedagógica sistematizarão as auto-avaliações elaborando um parecer descritivo da turma e da escola segundo os critérios estabelecidos em cada período. (CEISS, 2013, p. 59).

No Terceiro momento os pais são convocados a realizar um encontro onde estarão presentes educandos, educadores, coordenadores da turma, direção e/ou direção auxiliar, equipe pedagógica, pais ou responsáveis, APMF e membros do Conselho Escolar.

Inicialmente será entregue aos pais ou responsáveis o parecer que é o documento que comprova o desenvolvimento do educando que juntamente com seus filhos realizarão uma leitura individual. Esse também é o momento que os pais ou responsáveis tem acesso a Pasta de Acompanhamento dos educandos, que é um instrumento de avaliação diagnóstica e sistemática de cada educando da turma.

Em seguida cada educando realizará a leitura da auto-avaliação, onde destacam seus avanços e limitações, sua relação com colegas e professores e a participação em sala de aula e em trabalhos coletivos e individuais.

Posteriormente os professores fazem apontamentos sobre os educandos, sendo discutidos questões como faltas na disciplina, avanços e limitações dos educandos. Após isto é aberto para discussão com pais e professores.

Passado este momento o educando coordenador de turma faz a leitura da avaliação coletiva da turma, com a avaliação de todas as disciplinas e os professores, as metodologias e toda a organização do colégio (limpeza, organização dos funcionários, biblioteca, cozinha e transporte).

Por fim então são realizados os encaminhamentos que deverão ser tomados, buscando solucionar problemas apontados pelos educandos, pais, professores, e funcionários e melhorar ações coletivas e individuais.

Os estudantes entrevistados relatam sobre a importância desta forma de Conselho de Classe em relação à Participação dos educandos. Os Entrevistados afirmam que:

[...] No conselho participativo a gente consegue falar tudo desde o diretor até o zelador a gente põe os pontos positivos, pontos negativos de cada um deles e depois é lido a avaliação da turma e também nesse conselho participativo os educandos fazem a sua auto avaliação dizendo como ocorreu sua aprendizagem e comportamento na escola [...] Ele se auto se avalia né e assim aprende a perceber seus erros e tentar melhorar nas próximas aulas. (ENTREVISTADOS "C", 10/05/2018).

. Este é o espaço onde os educandos têm a oportunidade de estarem avaliando também os professores e os seus métodos em sala de aula. É neste momento em que os educandos sugerem possíveis readequações metodológicas aos professores com o objetivo de buscar melhorias futuras.

Também os educandos se comprometem perante todos os presentes que vão buscar melhorar em possíveis pontos sugeridos pelos professores, sejam eles em relação ao ensino-aprendizagem ou disciplina.

O Conselho de Classe Participativo garante o direito de todos terem voz, concretizando assim uma forma de avaliação mais democrática onde a avaliação não é feita apenas pelos professores sobre os educandos e a sua assimilação do conteúdo e se o educando atingiu os seus objetivos (notas) e sua conduta, mas sim onde se é avaliado a prática educativa e todo o processo de ensino e aprendizagem como um todo, não considerando apenas aspectos individuais, mas questões estruturais que se fazem presente na escola de forma geral.

A Imagem a seguir representa a forma de organização do Conselho de Classe participativo onde é possível observar que os pais estão sentados ao lado dos seus filhos e professores, equipe de direção e pedagogas estão à frente da sala. A forma circular de organização têm por objetivo permitir que todos vejam uns aos outros e proporcionar uma relação de igualdade entre os presentes.

Figura 4– Foto do Conselho de Classe participativo no Colégio Iraci Salte Strozak.



Fonte: Arquivo do Colégio Iraci Salete Strozak, [201?].

O CCP tem sido uma forma interessante de democratização das ações e da avaliação no colégio, muito embora algumas falas questionem até que ponto isso se concretiza, considerando, sobretudo a relação professor-educando-conhecimento, havendo, segundo as falas, uma supremacia docente. É importante considerar que em geral a construção desde estes espaços tem se mostrado como fundamental para professores, educandos e comunidade refletirem sobre a formação humana e o papel de cada um neste processo.

Outro espaço importante investigado na pesquisa e sistematizado neste texto é o Conselho Escolar (CE) e a Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), sendo uma organização obrigatória na escola e ressignificada a partir da necessidade local como detalharemos no próximo item.

3.3.3 APMF/ CONSELHO ESCOLAR.

Segundo o Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE, 1999) o Conselho Escolar é o órgão máximo de direção nas Escolas Públicas.

Este é o espaço destinado a discutir os assuntos educativos da escola, execução do PPP e sobre o funcionamento da escola como também avaliar as ações realizadas pela escola. Ainda segundo o CEE (1999) o Conselho Escolar deve ser formado por professores, funcionários, gestor, pais, funcionários da escola (administrativos e serviços gerais), representantes de movimentos sociais, estudantes maiores de 14 anos e também por membros da comunidade em geral.

No CEISS ocorre uma ampliação para além dos segmentos citados acima e recomendados pelo CEE, participam do CE segundo o Entrevistado “D”¹⁵:

Aqui no colégio Iraci a gente amplia esta questão, no segmento dos pais a gente tem representantes dos pais do Curso de Formação de Docentes nós temos representantes dos pais do Ensino Fundamental isso se aplica aos professores, por exemplo, tem professor representante do fundamental do médio do curso formação de docentes na questão dos funcionários nós temos os segmentos dos agentes 1 (um) dos agentes 2 (dois). Em relação aos educando nós temos também representantes dos educandos do Ensino Fundamental no ensino médio e formação de docentes e se o EJA estivesse funcionando também seria da EJA. (ENTREVISTADO “D”, 20/03/2018)

O Entrevistado “D” também relata sobre a participação da Comunidade no Conselho Escolar do CEISS:

Na questão da comunidade externa nós não temos só duas pessoas representando como diz lá no estatuto que o Estado manda, nós temos, a gente nomina todos os outros segmentos que fazem parte da comunidade externa então, por exemplo, nós temos representantes da associação da comunidade nós temos a associação Central que é a ACAMF (Associação Comunitárias do Assentamento Marcos Freire) nós temos representantes dos movimentos sociais que no caso o nosso representante atualmente é do MST, nós temos dos sindicatos [...] no caso se tem da APP Sindicato (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná) nós temos do clube de mães nós temos a Pastoral. (ENTREVISTADO “D”, 20/03/2018)

O Entrevistado “D” também afirma que o Colégio busca ampliar a participação dos segmentos de forma paritária, ou seja, a mesma quantidade de pessoas que se tem da comunidade interna participando do Conselho Escolar se tem da comunidade externa.

O Conselho Escolar é um órgão deliberativo, consultivo, avaliativo e fiscalizador. Segundo o Estatuto do Conselho Escolar, resolução 2124/05, no artigo 4º descreve as suas funções:

§ 1º A função deliberativa, refere-se à tomada de decisões relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras quanto ao direcionamento das políticas públicas, desenvolvidas no âmbito escolar. (PARANÁ, 2005, p.2)

¹⁵ O Entrevistado “D” são os membros da equipe de direção do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak.

Ou seja, na função deliberativa o Conselho Escolar tem como objetivo decidir sobre a proposta pedagógica e sobre a sua organização geral da escola e seus planos de ações, também tem como função a elaboração de normas internas para a escola.

§ 2º A função consultiva refere-se à emissão de pareceres para diminuir dúvidas e tomar decisões quanto às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito de sua competência. (PARANÁ, 2005, p.2)

Esta função tem o caráter de analisar os assuntos pedagógicos, administrativos ou financeiros encaminhados pelos diferentes segmentos da escola e buscar apresentar sugestões ou soluções.

§ 3º A função avaliativa refere-se ao acompanhamento sistemático das ações desenvolvidas pela unidade escolar, objetivando a identificação de problemas e alternativas para melhoria de seu desempenho, garantido o cumprimento das normas da escola bem como, a qualidade social da instituição escolar. (PARANÁ, 2005, p.2)

§ 4º A função fiscalizadora refere-se ao acompanhamento e fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, garantido a legitimidade de suas ações. (PARANÁ, 2005, p. 2)

As funções avaliativas e fiscalizadoras desempenhadas pelo CE devem buscar garantir o cumprimento das normas escolares sejam elas financeira, pedagógica ou administrativa, identificando possíveis problemas e buscando soluções para os mesmos.

Após análise em Atas de reuniões do Conselho Escolar e APMF do CEISS referentes ao ano de 2015, 2016, 2017 foi possível observar que os principais assuntos presentes em discussões são sobre a organização da Festa da Colheita¹⁶ e prestação de contas da mesma e investimentos dos lucros obtidos com a festa em obras para melhorias da escola; Discussões sobre a indicação de nomes de educandos e educadores para estarem participando do Projeto “Jovem Aprendiz do Campo- Formação em Arte e Agroecologia: Saberes Populares e Científicos para o Cuidado com a Terra e com a Vida”,¹⁷ também é discutido sobre problemas que

¹⁶ A Festa da Colheita é uma festa desenvolvida pelo CEISS em parceria com a Escola Municipal Herbert de Souza. Esta festa tem como objetivo desenvolver a integração entre as escolas com a comunidade, além de ajudar na arrecadação financeira. O dinheiro arrecadado é dividido entre as escolas e é investido no próprio colégio.

¹⁷ O projeto “Jovem Aprendiz do Campo- Formação em Arte e Agroecologia: Saberes Populares e Científicos para o Cuidado com a Terra e com a Vida” é um projeto que tem como objetivo atuar na Educação Socioambiental e artística. Este é um projeto ofertado para Jovens educandos das Áreas de Reforma Agrária, promovendo o estudo, pesquisa e a implementação de práticas que contribuem para a compreensão crítica da realidade do campo e sua transformação.

ocorrem no interior do Colégio como, por exemplo, o vandalismo praticado por educandos (como a quebra de vidros e câmeras de segurança), falta de salas de aula no colégio (agendamento de reuniões com a Secretaria de Educação), organização e produção de materiais para o reconhecimento do Curso de Formação de Docentes (Magistério) para que o mesmo seja reofertado no ano de 2018 (reabertura do 1º [primeiro] ano). Outro assunto que também se faz presente com frequência nas discussões do Conselho Escolar e APMF são as más condições das estradas que acabam ocasionando a falta de transporte em dias de chuva e a precarização dos ônibus escolares. Também estão presentes nas Atas são balanços financeiros, discussões sobre assuntos pedagógicos do colégio como, por exemplo, discussão sobre a construção do PPP do colégio e a aprovação do mesmo perante o Conselho Escolar, APMF e membros da Comunidade Escolar.

As reuniões do Conselho Escolar conforme relatado em Ata, conta com a participação da APMF, Coletivo de Estudantes, Representantes das Comunidades e convidados que vem para contribuir com as discussões como, por exemplo, representantes da Secretaria de Educação, Chefe dos Transportes e Assessores do Prefeito Municipal do Município de Rio Bonito do Iguaçu etc. Além de contar com a participação das instâncias que compõem o mesmo com: funcionários, gestor, pais e membros da comunidade etc.

No Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak o Conselho Escolar tem uma importância significativa nas ações, segundo o Entrevistado “D” o mesmo afirma que “O Conselho Escolar é a voz dos pais” (ENTREVISTADO “D”, 20/03/2018), ou seja, é o momento que os pais têm para estarem dialogando juntamente a vida escolar, que significa mais que o processo de escolarização de seu filho, esta perspectiva de participação se coloca num outro patamar, além da necessidade individual, mas numa ação coletiva com intencionalidade para além do mérito pessoal. No caso do colégio Iraci, como não se limita ao público diretamente envolvido na escola, isso remete diretamente ao entendimento da escola como capacitalizadora de outros processos e dinamismo de interesse para além da escola, ou seja, aliando-se aos princípios do MST e da Educação do Campo, que compreende o espaço escolar como potencializadora de outras dinâmicas sociais.

O Conselho Escolar “é um espaço aberto e que quanto mais conhecimento a comunidade escolar tiver mais ela vai fazer o uso disso, por isto que é interessante

fazer as formações, conhecer de fato estatuto do Conselho Escolar para estar participando deste espaço.” (Entrevistado “D”. 20/03/2018).

Outra instância que tem como objetivo dar voz aos pais dentro do espaço escolar é a APMF. Segundo o Estatuto da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) do Paraná (2003) a APMF é pessoa jurídica de direito privado, este é um órgão que tem como intenção representar os pais, Mestres e Funcionários do Estabelecimento de Ensino e tem como objetivo promover a integração escola-comunidade, o mesmo não deve apresentar caráter político partidário, racial, religioso e nem obter fins lucrativos. Os seus dirigentes e conselheiros não são remunerados, ou seja, os mesmos não devem receber por seus serviços prestados e são constituídos por prazo indeterminado. (PARANÁ, 2003)

Os representantes da APMF devem ser eleitos de forma democrática, estes devem ter como função acompanhar o Projeto Político Pedagógico e se responsabilizar pela fiscalização da gestão financeira, ou seja, a APMF deve fazer o controle sobre a boa utilização de verbas no colégio, fiscalizando e aprovando a gestão do dinheiro público e dando pareceres sobre ele.

Esta é uma forma da comunidade acompanhar e ajudar a definir sobre o bom uso do dinheiro público no âmbito escolar, garantindo assim que o mesmo seja utilizado para trazer melhorias necessárias.

É possível observar nos relatos descritos em Ata do CEISS (2015, 2016, 2017) que o Conselho Escolar e a APMF sempre está presente nas tomadas de decisões relacionadas ao andamento do Colégio, seja ele de caráter financeiro como já destacado acima, tais como: o investimento do dinheiro arrecadado com a Festa da Colheita, nas avaliações das melhorias no colégio ou de caráter pedagógico, sendo elas discussões acerca da construção e aprovação do PPP da escola que também é uma forma de democracia onde todos os segmentos, entre eles o segmento da comunidade, decide quais as finalidades da escola perante a sociedade, ou seja, percebe-se que no colégio as ações do Conselho Escolar, APMF e direção são interligadas e conjuntas, há um processo consultivo presente e incentivado na escola, um debate entorno das ações e dos procedimentos, sejam em nível administrativo, financeiro ou pedagógico.

Tendo por base isso adentramos na análise como ocorre a construção do PPP no CEISS e como se dá a participação das instâncias neste processo fundamental para o bom andamento da escola.

3.3.4 ELABORAÇÃO DO PPP.

É a partir do PPP que é possível ter noção da identidade da escola, como ela está organizada, qual o seu compromisso com a sociedade e quais são os seus objetivos para buscar uma educação de qualidade levando em consideração todos os desafios presentes no dia a dia desta instituição.

Cada escola deve ter o seu próprio PPP onde o mesmo deve ser construído a partir de sua própria realidade levando em consideração o seu contexto social, e é fundamental que esta instituição de ensino tenha sempre o PPP atualizado, pois a realidade sempre está em constante transformação.

Outro ponto importante na construção do PPP é a ampla participação de todos neste processo de confecção do PPP, tanto a participação da comunidade interna quanto da comunidade externa, pois este é o momento em que vão ser estabelecidas metas e o caminho a ser seguido pela escola para garantir a educação de qualidade. O PPP não deve ser construído apenas pelos gestores, professores e pedagogos, é necessário que tanto os funcionários quanto os pais estejam presentes neste momento e além do mais é fundamental que participem deste processo que vai dar “cara” (identidade) á escola.

Sabemos que muitas vezes trazer os pais para estarem participando destes momentos é uma tarefa difícil, pois geralmente é sempre os mesmos pais que participam da APMF, Conselho Escolar que vão estar presentes neste processo. Não que a participação destes pais não seja importante, mas é preciso que todos ou quase todos participem, levando em conta que todos são responsáveis pela educação.

O Regimento Escolar (CEISS, 2015) em seu Artigo 6º destaca que “A organização democrática no âmbito escolar fundamenta-se no processo de participação e corresponsabilidade da comunidade escolar na tomada de decisões coletivas, para a elaboração, implementação e acompanhamento do Projeto Político Pedagógico.” (RE-CEISS, 2015, p.10).

Ou seja, além da construção do PPP a comunidade escolar tem a responsabilidade de participar das tomadas de decisões coletiva e acompanhar a execução do PPP, isto significa que é dever da comunidade assegurar que o que está expresso no PPP esteja sendo posto em prática.

No CEISS o mais recente PPP teve a finalização no ano de 2017, segundo registro em Ata (CEISS 2017) no mês de novembro de 2017 ocorreu uma reunião onde foi debatido o resultado final da estruturação do PPP no qual foi reorganizado no decorrer do ano letivo de 2017 e que contou com a participação de todos os membros da comunidade escolar e foi assessorado pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Esta reunião contou com a participação dos membros da APMF, Conselho Escolar, professores, funcionário e pedagogos que após a apresentação os mesmos tiveram o debate aberto para opinar sobre o documento onde que posteriormente os mesmos foram unânimes em aprová-lo.

Segundo o Entrevistado “D” o PPP foi construído de forma coletiva contando com participação de todos os representantes dos coletivos pedagógicos das escolas que seguem o mesmo PPP da escola base que no caso é o CEISS. O Entrevistado também descreve que há uma grande dificuldade em conseguir um “[...] espaço para reunir todo mundo para estar fazendo avaliação do PPP” e que estas reuniões aconteciam geralmente no final do último semestre de cada ano letivo e que era o coletivo pedagógico de cada Escola Itinerante que era responsável por levar o que estava sendo debatido ali até as suas escolas.

Com base no depoimento do Entrevistado “D” é possível observar que este momento é utilizado para fazer uma avaliação de como que está o funcionamento do colégio. O Entrevistado cita que é avaliado “como ocorreu a classe intermediária, como ocorreu o conselho de classe, como que ocorreu resultado final, os tempos educativos etc.” e que logo após esta verificação e constado no Plano de Ação do Colégio para buscar redimensionar as ações, evitar problemas e buscar melhorar no próximo ano letivo.

No CEISS o compromisso com o PPP se torna maior ainda, pois além da escola base o PPP organizava o ensino nas Escolas Itinerantes do Paraná por isso a avaliação é realizada por todos os sujeitos, coletivamente para atender os interesses de todos.

Uma das dificuldades encontradas no colégio para este processo é o de conseguir reunir a maioria dos pais para participarem do momento de confecção e avaliação do PPP, como afirma o Entrevistado “D” ao destacar que “ainda precisa ampliar mais com relação à participação dos pais, porque geralmente esse debate acaba ficando um pouco só na escola com o Conselho Escolar em alguns momentos

APMF”, ou seja, exceto os pais que estão inseridos nos segmentos de representação do CE e APMF não se tem participação de outros pais. O Entrevistado afirma que este é realmente uma “deficiência encontrada na escola”.

Como já destacado, o Projeto Político Pedagógico demarca o projeto educativo da escola e as suas metas para atingi-lo, ou seja, quando a comunidade participa deste processo de construção ela está escolhendo quais são os caminhos a serem percorridos pela escola para atingirem os seus objetivos dando ênfase à realidade dos sujeitos que constituem a escola, garantindo assim um bom desenvolvimento escolar e prevenção de possíveis problemas que possam aparecer no dia a dia da escola.

O próximo capítulo tem por objetivo analisar os problemas mais relevantes presentes no cotidiano escolar do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, e como a comunidade escolar se faz presente na tentativa de solução desses problemas, buscando ver o posicionamento e a articulação entre comunidade e gestão escolar.

4. DESAFIOS PRESENTES NA REALIDADE DO COLÉGIO IRACI SALETE STROZAK.

Este capítulo tem por finalidade investigar alguns desafios que estão presentes no cotidiano do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, a contribuição e organização da comunidade e do colégio para buscar soluções para os problemas do dia-a-dia. Entre esses destacamos o fechamento de escolas e do Curso de Formação de Docentes (Magistério), a falta de professores, falta de interesse de alguns educandos em relação à educação e a precarização das estradas. Procuramos entender como o colégio trata essas problemáticas e como mobiliza as instâncias da comunidade escolar, entendendo ser esse um processo de gestão democrática na escola.

4.1 FECHAMENTOS DE ESCOLAS.

O fechamento de escolas e o corte no orçamento da educação surgem causando grande preocupação para toda a sociedade em geral, principalmente nas áreas rurais e isto veio se agravando cada vez mais a partir de 2015 até (2018). Segundo o Ministério do Planejamento, houve um corte em todos os ministérios, porém em particular no Ministério da Educação que teve um corte de 19 % (dezenove por cento) ainda no primeiro semestre de 2015. (TAFFAREL; MUNARIM. 2015)

Segundo Taffarel e Munarim (2015, p. 43) os cortes ocorreram devido “a implementação do ajuste fiscal, para promover superávit primário, que implicou em cortes no orçamento geral da união atingindo a todos os ministérios”.

O gráfico abaixo demonstra como era e como ficou o orçamento dos Ministérios após os cortes deste mesmo período¹⁸.

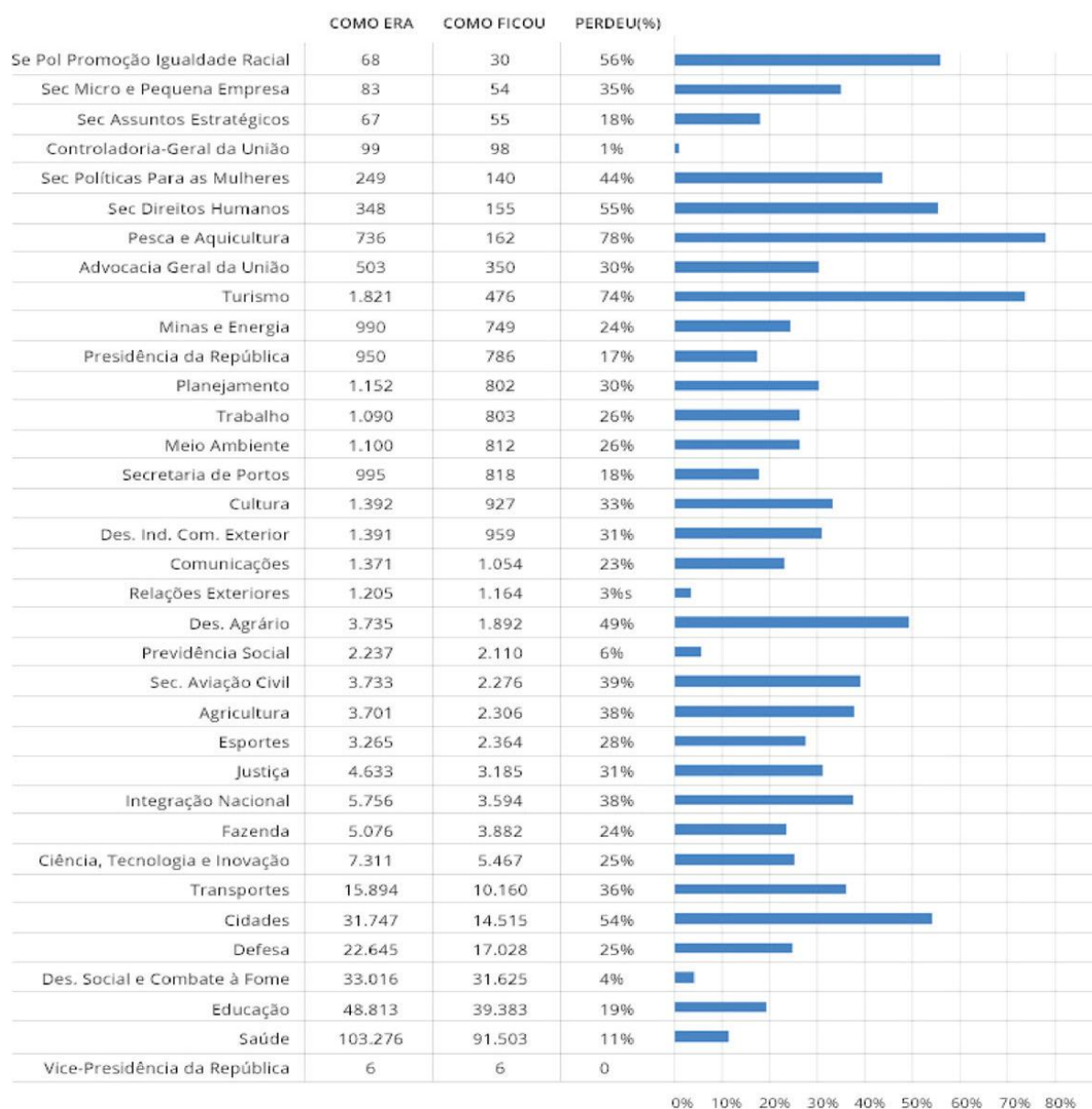
Figura 5 –Gráfico com os Cortes nos Ministérios.

¹⁸ Para obter mais informações sobre o gráfico e cortes feitos nos ministérios consultar o artigo **Pátria educadora e fechamento de escolas do campo: o crime continua**. Presente na Revista Pedagógica. TAFFAREL, C. Z; MUNARIM, A. (2015)

ORÇAMENTO MAIS MAGRO

Veja como era e como ficou o orçamento dos ministérios

(em milhões de reais)



Fonte: Ministério do Planejamento 2015. (Disponível em: TAFFAREL; MUNARIM. 2015).

Entretanto, é evidente que os cortes de gastos com os Ministérios atingiram principalmente as políticas sociais, ou seja, a educação, saúde, Secretaria dos Direitos Humanos, Secretaria de Política para as Mulheres, Des. Social de Combate a Fome, Cultura, entre outros.

O fechamento de escolas, principalmente as escolas do campo, vem aumentando ainda mais a desigualdade no acesso à educação que vem acoplado com o aumento da pobreza e da desigualdade social no campo causando diminuição da qualidade de vida do sujeito do campo..

O fechamento de escolas do campo acaba gerando a nucleação e fazendo com que centenas de jovens se desloquem até a escola mais próxima, que muitas vezes, está localizada na sede do município. Isto, além de se contrapor aos princípios da Educação do Campo (educação de qualidade feita pelo sujeito do campo e não para o sujeito do campo e que seja feita no campo), também se contrapõe até mesmo ao que está na lei do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) que em seu Art. 53 destaca que todas as crianças e adolescentes devem ter “acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.” (BRASIL, 1990).

Por repetidas vezes as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais alegam o fechamento de escolas devido à falta de educandos. Entretanto Peripolli e Zoia (2011, p. 194) afirmam que o fechamento de escolas do campo está relacionado a uma grande disputa por projetos de campo, ou seja, as políticas de Estado estão unicamente apontadas a atender os interesses de um projeto de campo que interessa apenas ao capitalismo, o agronegócio e não aos interesses do sujeito que trabalha na terra com o objetivo de produção do sustento de sua família.

Segundo dados do MST (2011) são mais de 24 mil escolas do campo que foram fechadas nos últimos oito anos, sendo que a maioria das escolas que ainda existem estão em péssimas condições. Outro dado significativo levantado também pelo MST destaca que “no campo brasileiro, existem milhares de crianças, jovens e adultos que têm seus direitos fundamentais negados pelo Estado, dentre os quais: terra, trabalho, habitação, saúde e educação básica.” (MST, 2011, p.1).

O Art. 28 da LDB de 1996, que abrange o parágrafo único que teve a sua inclusão pela Lei nº 12.960, de 2014 (BRASIL, 1996). Descreve que:

- Art. 28.** Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:
- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos educandos da zona rural;
 - II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
 - III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014) (BRASIL, 1996).

Com base no que está descrita no artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases – Lei 9394/96, e nos dados citados acima, os movimentos sociais, sobretudo o MST, vêm enfrentando uma árdua luta pela Educação do Campo e no campo. Esta luta vem se dando através de campanhas e denúncias promovida pela APP Sindicatos¹⁹ e pelos Movimentos Sociais.

Uma das campanhas que vem ganhando força nesta luta é a campanha “*Fechar escola é Crime*”.

Esta campanha busca denunciar os efeitos do fechamento de escolas e o processo de nucleação dos estudantes que na maioria das vezes se dá do campo para a cidade, onde os educandos passam horas dentro de ônibus para se deslocarem para a escola ou acabam tendo de percorrer longas distâncias a pé, ocasionando assim até mesmo desistências escolares e êxodo rural. (MST, 2005; 2010; 2012; 2014)

Esta campanha também vem se baseando a partir de dados levantados pelo PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) 2009, do Censo Escolar do INEP/MEC (2002 a 2009) e da Pesquisa de Avaliação da Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária INCRA (2010). Com base nestas pesquisas o MST (2011, p.1) vem destacando que “a realidade da educação brasileira é ainda de 14,1 milhões de analfabetos”.

Estes números correspondem 9,7% do total da população com 15 anos ou mais de idade, isto significa que um em cada cinco brasileiros é analfabeto funcional, ou seja, lê e escreve, mas não consegue interpretar, escrever ou compreender um texto. (MST, 2011, p. 1)

Além do fechamento de escola ocorreram vários fechamentos de turmas e turnos em escolas, e a consequência, acabaram gerando superlotações em salas de aula, em algumas escolas chegaram a ter 45 educandos, em uma mesma sala ocasionando assim baixo rendimento na aprendizagem dos educandos e aumento

¹⁹ Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP Sindicato) é um sindicato que abrange professores (as), pedagogos (as), e funcionários (as) que atuam na pré-escola, ensino fundamental e médio das redes públicas estadual ou municipal do Paraná.

de trabalho para os professores que tiveram sua carga horária destinada a “hora atividade” reduzida (MST, 2011, 2014).

No CEISS, no ano de 2017, ocorreu o impedimento de reabertura da turma de primeiro ano do Curso de Formação de Docentes (Magistério) onde segundo nota do Boletim Escolar do Colégio Iraci Salete Strozak²⁰ (CEISS, 2018, p.3) "Alegação do estado para fechar o Curso de Formação de Docentes é de que a escola não tem mantido frequentando a grande maioria dos estudantes que se matriculou no curso". Isto ocorre porque alguns estudantes realizam a matrícula, porém optam para frequentar o colégio no Ensino Médio na modalidade de Educação Básica.

São vários protestos e mobilizações organizados pelo Coletivo de educandos do CEISS contando com a participação da comunidade onde todos reivindicam por melhorias na educação e buscando garantir assim a permanência do Curso de Formação de Docentes no Colégio Iraci Salete Strozak. Esta é uma questão assumida por toda a comunidade e não somente pela equipe de direção do colégio, pois todos têm conhecimento da importância que este curso tem no colégio.

Em abril de 2017 dezenas de educandos do Colégio Iraci Salete Strozak organizados pelo Coletivo da Juventude Iraci Salete se mobilizaram em frente ao Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul- PR, onde se realizou um ato político que tinha como pauta a defesa da abertura do primeiro ano no Curso de Formação de Docentes do Colégio.

Figura 6 – Educandos do CEISS em passeata em direção ao NRE de Laranjeiras do Sul – PR para protestar contra o Fechamento da turma do Primeiro ano do Magistério do CEISS.

²⁰ O Boletim Escolar do Colégio Iraci Salete Strozak é um jornal que é produzido por educandos, professores e a equipe pedagógica no colégio. Este jornal tem como objetivo divulgar notícias, avisos e manter informados os educandos do colégio e a comunidade.



Fonte: Núcleo Setorial da Comunicação do MST.

Segundo o Boletim Escolar do Colégio Iraci Salette (CEISS, 2018) o CEISS, vive a experiência de ser o primeiro colégio a ofertar o Curso de Formação de Docentes dentro de um assentamento da área da Reforma Agrária no Brasil. O Curso de Formação de Docentes foi implementado no colégio com objetivo de formar educadores na perspectiva de uma Educação do Campo que corresponde aos princípios de formação que considere a especificidade da Educação escolar e a luta pelo direito a terra e justiça social. (BE/CEISS, 2018, p.3)

O fechamento da turma do primeiro ano do Magistério do ano de 2017 passou a gerar uma grande incerteza em relação à oferta do curso que oferece a oportunidade a dezenas de jovens que residem no campo a terem uma formação profissionalizante na área da Educação sem necessitar deixar o campo para estudar.

Na luta pelo direito à educação a gestão democrática se faz presente quando há participação igualitária, onde além da equipe de direção se tem a participação de educandos, professores, pais e a comunidade que organizados buscam melhorias para o colégio e a comunidade.

No CEISS a comunidade organizada se torna peça principal na luta por garantir a reabertura do Curso de Formação de Docentes do ano de 2018, pois segundo o Boletim Escolar do Colégio Iraci Salete (CEISS, 2018, p. 3) afirma que a SEED, em nota ao colégio, descreve que só será possível reabertura da turma do Curso de Formação de Docentes do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak se houver número igual ou superior a 35 educandos matriculados para a turma de primeiro ano.

Outro problema encontrado enfrentado diariamente que também conta com a mobilização de grande parte da comunidade é a precarização das estradas conforme veremos a seguir no próximo item.

4.2 PRECARIZAÇÃO DAS ESTRADAS.

Um dos grandes problemas enfrentado pela população do campo que mora os Assentamentos Marcos Freire, Ireno Alves dos Santos e Dez de Maio é a precarização das estradas que estão em péssimas condições.

As péssimas condições das estradas acabam afetando a população tanto no âmbito da educação e saúde quanto na área econômica. As atuais condições das estradas acabam impactando no escoamento de grande parte da safra produzido no interior dos Assentamentos, como também no transporte do leite que juntamente com a soja e o milho é uma das maiores fontes de renda dos agricultores locais, conforme dados do IBGE referentes a Produção Agrícola Municipal do ano de 2016. Muitas vezes os leiteiros²¹ acabam desistindo de chegar às propriedades onde as estradas estão piores, pois os mesmos alegam que tem grandes prejuízos por terem de pagarem tratores para retirar os caminhões em dias de chuva ou com a alta quantidade de peças que acabam quebrando pela má condição das estradas dos Assentamentos. Isso causa grande perda financeira aos agricultores.

Essa situação vem sendo denunciada anos após anos ao poder público e a imprensa, mas pouco foi feito para resolver esta problemática. Enquanto isso não se resolve, a população local sofre a cada dia que chove com a dificuldade ou até mesmo impossibilidade de deslocamento nos assentamentos. (SEE MST, 2018)

Figura 7 –Trator tentando retirar caminhão utilizado no transporte de Leite que estava atolado em estrada no Assentamento Marcos Freire, Rio Bonito do Iguaçu-PR.

²¹ Motoristas que realizam o transporte do leite.



Fonte: Setor de Educação do MST. Denúncia da precariedade das estradas dos assentamentos de Rio Bonito do Iguaçu/PR, 2017-2018.

A Imagem acima demonstra a real situação vivenciada pelos leiteiros na tentativa de realizar o escoamento da produção de leite nos dias de chuvas nos Assentamentos Marcos Freire e Ireno Alves dos Santos.

No âmbito da educação, o problema está presente em relação ao transporte escolar, pois como se trata de um colégio que está localizada no campo, grande parte dos educandos utiliza do transporte escolar para estarem chegando até o colégio onde a maioria dos ônibus estão em condições precárias. As dificuldades pioram ainda mais quando ocorre um período de chuvas, pois com a falta de cascalho e o excesso de buracos e valetas presentes nas estradas acabam gerando grandes atoleiros e causando incertezas aos motoristas que muitas vezes são impedidos de realizarem suas linhas²² por motivos de atolamentos e provocando até mesmo riscos à vida de centenas de estudantes que utilizam estes transportes.

²² Linhas é o trajeto percorrido pelos ônibus no transporte escolar.

Figura 8 – Ônibus atolado na estrada sendo puxado por trator em dia de chuva na Comunidade Alto Água Morna, Assentamento Marcos Freire. Rio Bonito do Iguaçu - PR.



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor, 2018.

A imagem acima mostra um trator tentando puxar (guinchar) um ônibus escolar em uma estrada localizada na Comunidade de Alto Água Morna um dia de chuva a mais de 10 km de distancia da sede do CEISS, seguindo o trajeto da linha escolar.

Segundo o entrevistado “E”²³ este é um problema que vem se alastrando há muito tempo no Município.

Eu venho trabalhando há anos no assentamento e a dificuldade é sempre a mesma, ou seja, choveu é um problema sério não vai o ônibus e quando vai encalha tem que buscar trator uma máquina para ver se tira, eu vejo que o descaso dos governos com os agricultores é muito grande e começa por aí e começa por recurso para as estradas. (ENTREVISTADO “E”, 24/05/2018).

²³ O entrevistado “E” é um motorista de ônibus que trabalha com transporte escolar desde o ano 2005 nos Assentamentos do Município de Rio Bonito do Iguaçu – PR.

Segundo a Denúncia da precariedade das estradas dos assentamentos de Rio Bonito do Iguçu/PR, realizada pelo Setor de Educação do MST (2018).

Esse problema é de conhecimento de todos. Se arrasta por muitos anos, por muitas gestões, sem uma solução definitiva [...]. Sabemos que a problemática só irá resolver com comprometimento do poder público local, envolvendo as várias secretarias e departamentos, contando ainda com o apoio dos governos estadual e federal. (SEE MST, 2018, p. 1)

Em busca de solucionar este problema a equipe de direção do CEISS vem se reunindo juntamente com o Conselho Escolar, APMF e a comunidade para buscar uma solução. Segundo relatado em Ata (CEISS, 2017) uma destas reuniões teve a presença, além do CE e APMF, como já se é de praxe, a participação do Chefe dos transportes Municipais, do Assessor do Prefeito e da Secretária de finanças.²⁴

Esta reunião ocorreu no mês de julho de 2017 e teve como principal pauta a falta de transportes escolares em dias de chuva, as condições dos ônibus que realizam os transportes dos educandos, a superlotação dos ônibus e o atraso de alguns ônibus.

Em relação ao atraso e a superlotação dos ônibus o Senhor Chefe dos transportes se comprometeu que buscara uma solução de imediato.

A comunidade também destacou a necessidade de se fazer um projeto de calçamento para as estradas principais e para as serras onde se encontram os maiores problemas.

Com o objetivo de reivindicar melhorias nas estradas do assentamento a comunidade e o CEISS criam a campanha que pede por calçamento que ligue as comunidades Água Morna à comunidade Centro Novo até a BR 158 facilitando assim o transporte escolar, sobretudo em dias de chuva.

Na comunidade Água Morna se localiza a Escola Municipal Paulo Freire que atende educandos dos anos iniciais e o Colégio Estadual do Campo Sebastião Estevão da Costa que atende educandos do 6º ano ao 9º ano. Na comunidade do Centro Novo que além do CEISS também tem a Escola Municipal Herbert de Souza que atende educandos dos anos iniciais.

Figura 9 – Imagem utilizada na Campanha Calçamento ligando as comunidades Água Morna e Centro Novo a BR 158.

²⁴ Também foi convidada a Secretária Municipal de educação, porém a mesma não se fez presente.



Fonte: Arquivo do Colégio Iraci Salete Strozak.

Até o momento atual (mar. 2018) ainda não foi realizado o calçamento nas estradas que continuam trazendo grandes dificuldades para a passagem do transporte escolar. Desde então foram poucas as melhorias que se fizeram presentes desde 2017 até o presente momento (2018).

O excesso de falta de aulas ocasionado pelas chuvas e más condições das estradas descumpre o direito constitucional assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que em seu Art.24, destaca que:

Art. 24º. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver. (LDB, Lei nº 9394/1996).

Segundo dados levantados pelo Setor de Educação do MST (2018) referente aos dias perdidos de aula no Colégio Iraci Salete Strozak devido à falta de transporte escolar ocasionados pelas chuvas revelam que no ano de 2013 foram 51 dias sem transporte escolar, no ano de 2014 foram 11 dias sem transporte, no ano de 2017 foram 33 dias e em 2018 já foram 10 dias (dados até 07 de maio de 2018).

A partir deste levantamento de dados fica visível observar que é uma grande perda de aula ocasionada pela falta de transporte escolar em dias de chuvas devido às más condições que se encontram as estradas dos assentamentos.

O entrevistado “D” também relata sobre os dias de chuva sem aulas e a dificuldade de se realizar o transporte escolar.

Aqui quando choveu, se der uma semana de chuva como já aconteceu muitas vezes as crianças chegam a ficar praticamente até 15 dias sem aula porque se chove não tem como ir [...] se com carro pequeno já é difícil então imagina com um ônibus grande com 60 ou 70 que no nosso caso eu carrego até 85 crianças como que vai passar com ônibus?! (entrevistado “E”, 24/05/2018)

Conforme destacado na *Denúncia da Precariedade das Estradas dos Assentamentos de Rio Bonito do Iguaçu/PR*, elaborado pelo Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2018) demonstra que as “[...] condições ruins de trafegabilidade também interferem no tempo aula, mesmo em dias ensolarados, pois fazem com que em algumas linhas, os ônibus cheguem atrasada em até 30 minutos do início das atividades” (SEE MST, 2018) e também fazem com que as aulas tenham que acabar mais cedo aumentando mais ainda o número de horas/aula perdidos por motivos alheios a educação.

Esta é mais uma luta que o CEISS juntamente com a comunidade em geral vem travando para buscar melhorias para a comunidade e para garantir um avanço na luta pela Educação do Campo onde os dias de chuvas não sejam sinônimos de dias sem aulas.

4.3 FALTA DE PROFESSORES.

Existem vários fatores que acabam contribuindo com a má qualidade de ensino das escolas públicas entre eles estão a precarização das estradas como já vimos anteriormente, o sucateamento das escolas e dos seus materiais e a alta rotatividade de professores, pois o quadro de docentes sempre está mudando. Quando o professor fica pouco tempo na escola ele não cria vínculos com o próprio colégio, comunidade e educandos, pois acaba não dando continuidade aos seus trabalhos pedagógicos e interfere no aprendizado dos educandos.

Nesta mesma linha Penin (2009) afirma que “a rotatividade excessiva tem se apresentado como um fator objetivo da má qualidade do ensino, precisando ser considerada questão pública.” (PENIN, 2009, p. 7), logo que quando se tem um

professor que já teve a experiência de ter trabalhado na escola conhecendo assim a realidade que a cerca se torna mais fácil fazer seu planejamento de uma forma mais flexível com o objetivo de atender as demandas da escola.

No Colégio Iraci Salete Strozak são vários fatores que acabam gerando a rotatividade de professores, entre eles está o fato de que grande parte do quadro de docentes é contratado pelo Processo Seletivo Simplificado do Paraná (PSS), ou seja, todos os professores que são contratados desta forma tem o seu contrato valido apenas para aquele ano de contrato, ou seja, no final de cada ano os professores são demitidos e recontratados no ano seguinte.

É comum também que nesta forma de contratação por PSS os professores acabam tendo de assumir várias aulas em diferentes colégios com o objetivo de completar seus quadros de aulas semanais. Geralmente estes colégios ficam distantes um do outro fazendo com que os professores acabem tendo de passar grande parte do seu tempo se deslocando até os mesmos.

O Colégio Iraci Salete Strozak possui em seu quadro docente grande número de professores que residem no Município de Laranjeiras do Sul – PR, que fica aproximadamente 50 km da sede do CEISS. Segundo o entrevistado “F”²⁵ este é um dos grandes motivos que acabam gerando a rotatividade de professores no colégio.

“A rotatividade de professores é um fator relevante na nossa escola devido à distância e por ser escola do campo e dificulta a sequência do trabalho dos professores, ele vem um ano, no outro ano já não vem, então ele perde esse vínculo com a escola, ele perde o vínculo com os alunos com a comunidade e isso tem dificultado bastante.” (ENTREVISTADO “F”, 24/05/2018).

A rotatividade de professores acaba ocasionando em professores sem identidade com a escola, o que prejudica mesmo a conhecer profundamente o PPP, o plano de ações escolar, pois não sabe se permanecerá no próximo ano naquela escola, tendo sempre que recomeçar tudo de novo em outro colégio. Além da incerteza sobre o trabalho, pois não existe nenhuma garantia que conseguirá aulas no próximo ano.

O problema da rotatividade se agrava no colégio, pois trabalha com uma proposta pedagógica diferenciada, conforme o entrevistado “F” relata.

[...] como a nossa proposta pedagógica é uma proposta diferente dos outros colégios, a gente aqui usa a pedagogia socialista então essa rotatividade de

²⁵ O entrevistado “F” é uma pedagoga do Colégio Iraci Salete Strozak.

professores que chegam aqui eles não conhece a nossa proposta, até conhecer a proposta até fazer seu planejamento, até conhecer os alunos, até conhecer a comunidade o ano acabou e daí no próximo ano esse professor não volta vem outro e daí tem começar tudo de novo tudo na estaca zero essa dificuldade é muito grande aqui no colégio Iraci. (ENTREVISTADO “F” 24/05/2018).

Como já destacamos nesta pesquisa, o CEISS não utiliza de notas para avaliar os educandos. As notas são substituídas pelo *parecer descritivo* que é o momento em que o professor tem a função relatar a aprendizagem e o desenvolvimento dos educandos, o que foi aprendido e o que, ainda, precisa ser, ou seja, é neste momento que o professor deve apresentar um dossiê descritivo, com limites, possibilidades e necessidades que cada um apresenta. (CEISS, 2013, p. 61)

Este processo de avaliação dos aprendizados adquiridos pelos alunos quebra com toda a estrutura de avaliação (notas) que os professores vinham acostumados a fazerem em outro colégios e isto requer de fato um determinado tempo para que os mesmos conheçam e assimilem este método. Quando o professor deixa de trabalhar neste colégio ele é substituído por outro que terá que se apropriar novamente desta forma de se organizar e de trabalhar, fazendo que com que não se tenha uma continuidade e evolução nos trabalhos desenvolvidos nas escolas.

O PPP do CEISS (2013) descreve também sobre a dificuldade de adaptação dos professores em relação à proposta pedagógica seguida de uma ruptura de vínculos com o colégio devido à rotatividade de docentes. O documento descreve que os professores “pouco conseguem contribuir para que o projeto avance” com isto o mesmo não cria laços com o colégio e “[...] não o compreendendo em sua perspectiva histórica e política” (CEISS, 2013, p. 11).

Cabe salientar que “muitos assumem a proposta e a consolidam como fora estruturada e construída, partindo dos princípios da educação do campo e da formação do sujeito Sem Terra, mas isto não é consenso entre os (as) educadores (as).” (CEISS, 2013, p. 13), percebemos isso na medida em que muitos negam a proposta, ou a fazem de qualquer jeito, ou ainda “fazem que fazem”.

Os movimentos sociais, em especial o MST, lutaram para buscar formar mais docentes comprometidos com a Educação do Campo, que tenham como objetivo atuar no campo, em específico nas áreas de reforma agrária no país compreendendo toda uma especificidade que é a realidade do sujeito camponês, os cursos de licenciatura em Educação do Campo são resultados destas lutas.

Olhando para forma de contratação dos professores e a rotatividade, entendemos ser esta uma opção da Secretaria de Estado do Paraná, que contrata professor horista, que precisa garantir a carga horária na escola e não o trabalho docente, a relação é meramente contratual e não há compromisso com o projeto educativo das escolas. Neste sentido, o professor não é contratado para cumprir o PPP do colégio, mas para dar aquele número de aulas, referente àquela disciplina ou área do conhecimento, claro que os estudantes e a comunidade percebem e questionam isto, e em muitos casos, este também é um dos motivos da falta de interesse dos educandos.

A seguir analisar-se-á um dos problemas mais discutidos na área da educação pública que é a falta de comprometimento dos educandos em relação à educação, ou seja, a falta de interesse, buscando perceber quais são os mecanismos que podem ser utilizados para buscar garantir o interesse dos educandos pelos conhecimentos ensinados na escola.

4.4 FALTA DE INTERESSE DOS EDUCANDOS.

Uma das principais lutas empreendidas pelo colégio, como já sistematizamos neste texto, tem sido para que os educandos tenham aula, possam ir para escola e tenham formação de qualidade, que possam concluir seus estudos, para que possam ter as ferramentas necessárias para entender o mundo. Existem vários motivos que acabam ocasionando a desistência de educandos de completarem o Ensino Fundamental ou Médio.

Pesquisas realizadas recentemente demonstram a gravidade deste problema. Segundo dados da Agência Brasil²⁶ (TOKARNIA, 2016) demonstram que em 2016 1,3 milhão de jovens entre 15 e 17 anos abandonam a escola, 52% não concluíram nem sequer o ensino fundamental. Destes 1,3 milhões de jovens (15 a 17 anos) que estão fora da escola sem ter concluído o Ensino Médio 610 mil são mulheres. Deste total de 610 mil mulheres, 212 mil mulheres que é equivalente 35% deste total já eram mães nessa faixa etária, onde apenas 2% das adolescentes que engravidaram deram sequência aos estudos.

²⁶ Por: TOKARNIA- Repórter da Agência Brasil. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-02/13-milhao-de-jovens-entre-15-e-17-anos-abandonam-escola-diz-estudo>> Acesso em: 10 abr. 2018

Outros dados levantados pela Agência Brasil²⁷ no ano de 2017 revelam que do total de 10 milhões de jovens,

Cerca de 15% ou 1,5 milhão, sequer vão se matricular para o início do ano letivo. Do restante, entre aqueles que se matriculam, cerca de 7% ou 700 mil jovens vão abandonar a escola antes do final do ano. Além disso, cerca de 600 mil alunos (5%) serão reprovados por faltas, o que completa os 2,8 milhões de jovens que estarão fora da escola a cada ano (CRUZ, 2017).

Segundo pesquisa feita pelo blog Infogeekie que é um site que discute sobre educação e tecnologia, destaca em sua pesquisa os “cinco (5) motivos que pelos quais os alunos abandonam a escola”.

O primeiro item destaca o fator "Estudar para quê?" (INFOGEEKIE, 2015). A pesquisa demonstra que no ano de 2009 a falta de interesse foi o fator mais citado entre os 40 jovens pesquisados, cerca 3% dos entrevistados. Já em 2013 em outra pesquisa feita com jovens de baixa renda, demonstrou que vários deles não percebiam a utilidade de algumas matérias para sua vida prática.

O segundo fator destacado pela pesquisa foi a "Falta de tecnologia na sala de aula" (INFOGEEKIE, 2015) Onde se destaca a falta ou a má utilização de recursos tecnológicos por professores e alunos.

O terceiro fator destacado pela pesquisa é "O fato de que o aluno precisa trabalhar" (INFOGEEKIE, 2015), causando assim uma grande procura pelas escolas, como forma de se inserir no mercado de trabalho com objetivo e ajudar financeiramente as suas famílias.

O quarto fator destacado pelo blog é "A reprovação é altíssima" (INFOGEEKIE, 2015), este item destaca como sendo uma das causas da evasão e reprovação, pois no ano de 2015 cerca de 16,7% dos estudantes foram reprovados em todo o país.

E por fim o quinto item destacado pela pesquisa foi o do que "Muitas famílias enfrentam dificuldades financeiras" (INFOGEEKIE, 2015) ocasionando assim também o abandono e a falta de interesse.

A partir da pesquisa acima relatada a falta de interesse dos educandos em concluir o Ensino Fundamental ou Médio está relacionada há muitos motivos que acabam fazendo com que este educando não veja na escola algo positivo e sim

²⁷ Por: CRUZ - Repórter da Agência Brasil. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-10/um-em-cada-quatro-jovens-vai-abandonar-os-estudos-ate-o-final-do-ano>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

como um lugar onde perde tempo, ou ainda de “tortura” onde frequentam pela obrigação, pela pressão dos pais (ou muitas vezes até mesmo pelo Conselho Tutelar).

Estas questões também aparecem em certa medida no Colégio Iraci Salete Strozak, conforme relata o entrevistado “F”:

Aqui no colégio Iraci Salete tem muitos alunos que não tem interesse, não gosto do colégio, não gostam de estudar por "Ns" motivos um deles [...] hoje é a falta de perspectiva, nossos alunos não vê não tem sonho pelo momento atual que a gente vive essa desesperança do povo desmotiva, estudar para quê? Trabalhar no que? Então eles não têm sonho e não tem perspectiva esse é um fator agravante também no colégio. (ENTREVISTADO “F” 24/05/2018).

Conforme relatado pelo entrevistado "F" um dos motivos pela falta de interesse dos educandos é a falta de perspectiva em relação ao objetivo nos estudos, pois os mesmos não enxergam no que futuramente poderão utilizar os conteúdos estudados para sua realização profissional, ou para resolver questões do seu dia-a-dia. O colégio tem feito tentativas de tornar o currículo escolar menos abstrato, relacionando com a realidade presenciada no cotidiano do educando para que possa ir construindo elementos para pensar seu futuro.

O uso da tecnologia que deveria ser utilizada em sala de aula para auxiliar o professor a transmissão de conhecimento acaba, às vezes, competindo com ele, pois muitos alunos utilizam do celular para vários fins, menos auxiliar com conteúdos da sala de aula, causando grandes problemas, e falta de interesse em relação aos estudos conforme comenta o entrevistado "F":

[...] Nossos alunos estão desmotivados porque [...] a mídia tem atrapalhado muito, uso de celulares, o uso de outros recursos sociais isso também interferem muito porque eles estão na sala de aula mas também estão pensando no que se está passando, que mensagem está chegando no Whatsapp como vou responder um amigo lá no Facebook. (ENTREVISTADO “F” 24/05/2018).

O colégio vem buscando formas alternativas de socialização dos jovens, para além da tecnologia e das aulas nas salas, uma destas formas são os projetos, os núcleos setoriais, dentre outras. Com objetivo de garantir a permanência, frequência e o bom desenvolvimento do educando dentro da escola o CEISS desenvolveu o projeto " Viver em harmonia" que foi um projeto que surgiu no ano 2000. Este projeto tinha como objetivo segundo o PPP do CEISS (2009), atrair os educandos "para a escola a fim de evitar a evasão e repetência" (CEISS, 2009, p. 18) também é uma

forma de garantir maior lazer aos jovens considerando que eles não tinham tantas possibilidades de lazer pelo motivo do assentamento ainda ser recente.

Esse projeto começou inicialmente apenas com o projeto do coral, porém a partir disso os educadores observaram uma mudança positiva nos educandos e resolveram ampliar esse projeto inserindo mais educandos e abrangendo mais oficinas, como o teatro, a percussão, a banda, a música raiz, o artesanato. (CEISS, 2009. p. 19). Posteriormente o colégio acrescentou mais oficinas como projeto de agroecologia e o grupo de hip hop.

Para garantir a permanência neste projeto que era realizado em contra turno ao horário que o educando estudava é necessário que o mesmo tenha um bom comportamento escolar tendo responsabilidade com entrega de trabalhos e o bom envolvimento em sala de aula e não tendo grande número de faltas tanto nos projetos quanto na aula. Cada educando poderia participar apenas de um dos projetos garantindo vagas a todos.

Esses projetos foram pouco a pouco deixando de ser executados no colégio devido a vários obstáculos, entre eles podemos destacar a falta de verba para manutenção dos materiais como, por exemplo, os materiais do projeto de percussão e da banda que já são utilizados desde o ano de 2005 e devido a falta de espaço na estrutura do colégio para ensaios (tanto da banda, percussão, teatro, radio etc.) e para guardar os equipamentos que por fim acabam tendo de dividir o espaço com outros materiais que pouco a pouco acabam prejudicando a sua conservação. Atualmente, nos projetos citados acima apenas a agroecologia permanece com suas atividades regulares.

Estes projetos são muito importantes para garantir a permanência e a frequência dos educandos no colégio, pois o mesmo, como já citado acima, exige um bom desenvolvimento do educando em sala de aula além de proporcionar aos educandos a valorização do trabalho individual e coletivo respeitando as diferenças individuais, a responsabilidade com equipamentos e com o coletivo e ajuda a melhorar a sua expressão linguística e corporal.

O entrevistado "F" também relata um pouco sobre este problema que é o sucateamento da escola pública e a falta destes projetos no colégio Iraci Salete Strozak que acaba influenciando no desinteresse dos alunos.

Outro fator também que causa o desinteresse nos nossos alunos é a precariedade das escolas públicas, nossas escolas estão muito sucateada

elas não estão mais atraentes para os nossos alunos, antigamente as verbas ainda eram maiores principalmente no colégio Iraci, aqui nós tínhamos o projeto de banda, projeto dança, projeto teatro, vários projetos que motivam nossos alunos e vim para escola e com a precariedade da escola pública os recursos escassos os projetos não tem mais. (ENTREVISTADO “F” 24/05/2018).

A falta de incentivo dos jovens em relação aos seus estudos acaba gerando vários problemas no colégio entre eles podemos citar as brigas e principalmente o vandalismo, que é um problema presente no cotidiano do CEISS, dada a presença de câmeras de segurança que servem para vigiar e evitar atos de vandalismo por parte dos educandos como também já relatado neste texto. (CEISS, 2017).

Vemos que o colégio busca forma de lidar com a falta de interesse, muito embora seja um problema para além do colégio e de seu projeto educativo, assim compreende que a responsabilidade de resolver a questão é coletiva, pois tanto pais quanto comunidade tem uma grande função na conscientização dos jovens da importância da escola, pois a mesma pertence a todos e uma fase importantíssima na formação deles, assim a depredação do patrimônio é um desrespeito a eles e com a própria comunidade.

Os desafios até aqui apresentados mostrar-se como um obstáculo a serem, discutidos e analisados pela escola em parceria com a comunidade, com o intuito de supera-los. E necessário que a comunidade se faça presente na tentativa de solucionar estes problemas, posicionando-se e articulando-se juntamente com a escola construindo assim uma gestão escolar democrática.

Não é possível haver gestão democrática sem participação da comunidade nas ações/decisões da escola. A educação não é um ato isolado, que cabe somente a escola exercê-la sozinha, por isto torna-se fundamental esta relação.

Identificar e trazer as problemáticas relatadas aqui, bem como a forma como o colégio tem trabalhado com eles, proporcionar entender e a reafirmar a dimensão da escola, enquanto uma construção social, que perpassa os conflitos presentes na sociedade de classe, ao mesmo tempo e também seu potencial transformador, na medida em que tem clareza de seus objetivos e das escolhas feita no processo de construção da aprendizagem e na relação e vínculos que estabelecem com a comunidade.

O colégio estudado demonstrou sua capacidade de percepção destas questões, e isto devido ao seu vínculo orgânico com o MST e com a luta cotidiana

da comunidade, com seus problemas e potencialidades, abrindo-se para juntos construir outras referências e outros valores para além da sociedade capitalista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

É possível concluir a partir dessa pesquisa que buscou discutir a relação comunidade- escola na construção da gestão democrática, tendo como local de estudo o Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, que a comunidade foi peça fundamental no processo de construção do CEISS, onde vários homens e mulheres, mesmo muitos sem possuir nem escolarização, lutaram para garantir que seus filhos tivessem o direito de estudar em uma escola localizada dentro da sua realidade.

Neste momento histórico em que no Brasil a educação pública vem sendo desvalorizada cada vez mais pelas mídias capitalistas, questionando sobre a real importância da educação pública, que atenda a população aos seus interesses e não apenas interesses dos governantes, é necessário ampliar os espaços de democratização. A escola do campo cumpre isso quando atende o sujeito dentro da sua realidade, com a participação do sujeito social organizado, da comunidade, quando incorpora sua luta e assim vai formando pessoas comprometidas com a transformação social.

É fundamental destacar que a comunidade não deve se fazer presente apenas no período de criação da escola e se desvinculando da mesma a partir do momento que ela passa a ser assumida pelo Estado. A ação da comunidade dentro da escola deve acontecer em todos os momentos. A comunidade deve se fazer presente nas tomadas de decisões dentro do colégio. Para isso ele deve criar formas, seja ela por participação. Os exemplos trazidos aqui foram as Assembleias desenvolvidas no âmbito escolar, no Conselho de Classe Participativo que é o espaço onde os pais se fazem presente para acompanhar o desenvolvimento escolar dos seus filhos e se a escola está cumprindo com sua função ou através da APMF e do Conselho Escolar que a partir dos segmentos a comunidade ganha voz ativa, seja no caráter pedagógico ou na parte financeira da escola.

No texto fomos mostrando como a relação entre escola e comunidade torna-se importante para democratização da escola, e como isso vai ensinando as crianças, adolescentes e jovens a participar decidir e serem responsáveis por suas decisões. Assim reafirmamos que somente a partir desta parceria será possível

solucionar problemas que se encontram no âmbito escolar que acabam afetando no aprendizado dos educandos e no bem estar da própria comunidade.

A escola/colégio precisa com a comunidade construir caminhos para selecionar determinados problemas, para formar seus educandos.

Percebemos que o colégio faz esta opção por democratizar a gestão democrática, mas não o faz sozinho, faz a partir de uma construção social, que se faz no movimento social e histórico ao qual se vincula. Ainda há muito a se avançar em relação a participação da Comunidade, pois foi possível observar que muitos pais não participam, pois entendem que escola é problema de professores e outros participam porque são obrigados, isto coloca uma tarefa para o colégio, que é qualificar a participação da comunidade e também dos educandos, pois são fundamentais para concretização do PPP do colégio.

Considerando os desafios colocados neste momento histórico, expressos nas problemáticas analisadas neste texto, desde a manutenção de cursos, a qualidade da inserção dos professores é necessário qualificar a participação de todos para garantir assim o direito a educação pública e de qualidade no lugar onde se encontram os sujeitos. As ações empreendidas pela escola e a comunidade tais como a Campanha que pede por calçamento nas estradas dos assentamentos garantindo aulas em dias de chuva, a luta pela reabertura dos projetos (Projeto Viver em Harmonia) dentre tantas outras, expressa um colégio em luta, e isso coloca o educando e a comunidade num outro lugar, como protagonista de sua história e de suas conquistas. Isso ganha uma dimensão ativa para a construção e compromisso com o conhecimento, como acúmulo histórico e necessário para viver melhor.

Ao final deste trabalho foi possível atingir os objetivos almejados nesta pesquisa. Entre eles estão: Compreender como se estabelece a relação entre o Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak e as Comunidades dos Assentamentos Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e Dez de Maio, na construção da gestão democrática dos processos educativos e que interessam a comunidade; Compreender como a comunidade contribuiu para o processo de construção das instalações físicas e pedagógica do CEISS; Abranger a compreensão sobre o projeto educativo do Colégio e a importância da realidade/comunidade no diálogo com o conhecimento e analisar quais são os espaços de participação da comunidade dentro do CEISS.

Surge agora após o termino da pesquisa a necessidade de como pesquisador e membro da comunidade estudada, trabalhar em prol de acumular forças para buscar solucionar os problemas vigentes no cotidiano da comunidade e da escola, como entre eles pode-se destacar a necessidade de retomar o projeto Viver em Harmonia que além de exercer o lazer para os jovens, disponibiliza arte e cultura.

Nos dias atuais muito se fala de sonhos a serem alcançados quando se trata de melhorias na educação, porém é necessário que se trabalhe arduamente traçando metas a serem alcançadas, onde cada sujeito tome para si os problemas apresentados pelo coletivo, tornando-se assim cada indivíduo peça fundamentais na tentativa de alcançar o objetivo comum.

Com o termino desta pesquisa se encerra apenas um ciclo, ficando como meta a partir do presente momento a necessidade de se investigar alternativas que busquem concretizar a gestão democrática, trazendo a comunidade para dentro das escolas públicas, tendo em vista a importância desta ação estudada nesta pesquisa.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ARAÚJO. Ulisses F. **Resolução de conflitos e assembleias escolares**. Cadernos de Educação. FaE/PPGE/UFPel. Pelotas RS. P. 115 – 131, julho/dezembro 2008.

Articulação Paranaense Por uma Educação do Campo. **Dossiê Estradas do Assentamento Marcos Freire e Ireno Alves dos Santos: Rio Bonito do Iguaçu/PR**. Laranjeiras do Sul- PR, 2014.

AQUINO, Suzana M; FRANÇA, Raimundo. **Os Limites da Escola no Processo de Socialização do Indivíduo: Um Estudo de Caso com Professores da Rede Pública de Ensino do Município de Nova Olímpia-MT**.

BRASIL ESCOLA. Gestão Democrática: integração escola e comunidade. Disponível em: <<http://m.monografias.br/educacao/gestao-democratica-integracao-escola-comunidade.htm>> Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente 8069/90**. Brasília. MEC 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília. MEC, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional .**Lei no. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC/FAE.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental; *Parâmetros Curriculares Nacionais*; terceiro e quarto ciclo: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998.

CALDART. Roseli Salete. **Educação do Campo**. In: **Dicionário da Educação do Campo**. Org. CALDART. PEREIRA, ALENTEJANO e FRIGOTTO. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CHAVES, Viviane de Quevedo; LUBIAN, Maria. **Conselhos de Classe e Gestão Democrática Escolar:Refletindo Este Espaço** In: X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE. Curitiba, PR: Universidade Católica do Paraná, 2011.

CRUZ. Elaine Patrícia. **Um em cada quatro jovens vai abandonar o ensino médio até o final do ano:** Por ano, quase 3 milhões de jovens abandonam a escola, o que acarreta. Agência Brasil. São Paulo – SP, 17 de outubro de 2017. Disponível em < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-10/um-em-cada-quatro-jovens-vai-abandonar-os-estudos-ate-o-final-do-ano>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

CULTURADEMOCRATICA. **A origem do conceito de democracia.** Disponível em:< <http://www.culturademocratica.com.br/8203a-origem-do-conceito-de-democracia.html>>. Acesso em: 11 out. 2017.

DUARTE, Newton. **A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco: a dialética em Vigotski e em Marx e a questão do saber na educação escolar.** Educação & Sociedade, ano XXI, nº 71, julho de 2000.

DUARTE, Valdir. **Escolas Públicas no Campo: Problemáticas e Perspectivas.** Paraná: Grafit: 2003.

ENTREVISTADO “A”: depoimento [mar.2017]. Entrevistador: José Augusto Duarte Gonçalves. Rio Bonito do Iguaçu-PR, 2017. Áudio MP3.

ENTREVISTADO “B”: depoimento [mar.2017]. Entrevistador: José Augusto Duarte Gonçalves. Rio Bonito do Iguaçu-PR, 2017. Áudio MP3.

ENTREVISTADO “C”: depoimento [mai.2018]. Entrevistador: José Augusto Duarte Gonçalves. Rio Bonito do Iguaçu-PR, 2018. Áudio MP3.

ENTREVISTADO “D”: depoimento [mar.2018]. Entrevistador: José Augusto Duarte Gonçalves. Rio Bonito do Iguaçu-PR, 2018. Áudio MP3.

ENTREVISTADO “E”: depoimento [mai.2018]. Entrevistador: José Augusto Duarte Gonçalves. Rio Bonito do Iguaçu-PR, 2018. Áudio MP3.

ENTREVISTADO “F”: depoimento [mai.2018]. Entrevistador: José Augusto Duarte Gonçalves. Rio Bonito do Iguaçu-PR, 2018. Áudio MP3.

GERAÇÃO ATITUDE. **Guia do Cidadão.** 2015. Disponível em: <<http://www.alep.pr.gov.br/downloads/arquivos/cartilha-mp-geracao-atitude.pdf>>. Acesso em 8 de abr. 2018.

HAMMEL, Ana C; SILVA, Nilton J; ANDREETTA, Ritamar (Orgs.). **Escola em Movimento:** a conquista dos assentamentos, Colégio Estadual Iraci Salete Strozak. Rio Bonito do Iguaçu – PR, 2007.

HAMMEL. Ana Cristina. **Ciclos De Formação Humana No colégio Estadual Do Campo Iraci Salete Strozak.** 2013. 161 p. Dissertação (Mestre em Educação)– Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Cascavel, PR: UNIOESTE, 2013.

HOLANDA, A. B. **Míni Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** 8. ed. São Paulo: Positivo, 2010.

INFORGEEKIE. **5 motivos pelos quais os alunos abandonam a escola.** 11 de novembro de 2015. Disponível em: < <http://info.geekie.com.br/5-causas-para-a-evasao-escolar/> > Acesso em 12 mai. 2018

KRUPSKAIA, 1921 In. FREITAS, Luis Carlos; CALDART, Roseli Salete (Orgs). **A CONSTRUÇÃO DA PEDAGOGIA SOCIALISTA (Escritos selecionados).** 1 ed. São Paulo, SP. Expressão Popular, 2017.

LINHARES, C. F. S. **A escola e seus profissionais: tradições e contradições.** 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1997.

MARQUARDT, Carla Cristina. **INVENTÁRIO DA REALIDADE: Exercício de Constituição de Complexos Temáticos**. 2016.

MEC. Censo Escolar da Educação Básica 2016: Notas Estatísticas. Brasília – DF: MEC, fevereiro de 2017.

MENIN, M. S. S.; SILVA, C. C. M. **Análise das Relações Entre Escola, Comunidade e Educação Moral** In: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

MENIN, M. S. S.; SILVA, C. C. M. **Escola e Comunidade: Pensando em Parcerias Para a Educação em Valores** In: Estudos Sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 26, número especial 1, p. 136-158, jan. 2015.

MÔLINA, Mônica C; JESUS, Sonia M. S. A. (org.). **Por uma Educação do Campo: Contribuições para Construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília – DF: INCRA; MDA, 2004.

MST. **“Fechar escola é crime!”**. 2011. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2011/05/31/fechar-escola-e-crime.html>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

MST. **Denúncia da precariedade das estradas dos assentamentos de Rio Bonito do Iguaçu/PR**, Setor de Educação do MST. Rio Bonito do Iguaçu – PR, 2018.

MST. **Dossiê MST Escola: documentos e estudos, 1990-2001**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MST. **Fechar escolas itinerantes é atacar a escola pública**. Brasília-DF, 2009. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/6509>>. Acesso em: 15 set. 2017.

MST. **MST – Lutas e conquistas**. São Paulo: MST, 2010.

PARANA. **Estatuto da Associação de Pais, Mestres e Funcionários**. Curitiba, SEED, 2003. Disponível em: <http://:celepar7.pr.gov.br/apm/modelo_apm.asp>
Acesso em: 15 mar. 2018.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação do Paraná. **Deliberação nº 016/99**, Curitiba, 1999.

PARANÁ. **Estatuto do Conselho Escolar**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Coordenação de Apoio a Direção e Equipe Pedagógica. Curitiba: SEED, 2005.

PENIN. Sonia, T, S. **Profissão docente**. In: Salto para o futuro. TV Escola. [S. l.]. Ano XIX – Nº 14 – Outubro/2009.

PPP-CEISS. **Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak**. Rio Bonito do Iguaçu – PR, 2009.

PPP-CEISS. **Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak**. Rio Bonito do Iguaçu – PR, 2013.

Revista do Projeto Pedagógico. Disponível em:
<http://www.udemo.org.br/RevistaPP_05_03ComoComunidade.htm&ei=v869CEpq&lc=pt-BR&s=1&m=174&host=www.google.com.br&ts=1496776104&sig=ALNZjWlxKrWIKhvMtrtnRq1SGcQ&lite_refresh=1496776261821> *Acesso em: 10 abr. 2017.*

RE-CEISS. **Regimento Escolar do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak**. Rio Bonito do Iguaçu – PR, 2015.

RODRIGUES. Marli de Fátima. **Proposta Educativa Do MST: Uma Tentativa De Afirmação Frente a História De Negação Da Educação Das Classes Populares**. Guaitacá Guarapuava, Paraná, nº 19, p. 89-108, 2003.

ROSSLER, João H. **A educação como aliada da luta revolucionária pela superação da sociedade alienada.** In: DUARTE, Newton (Org). Crítica ao Fetichismo da Individualidade. Campinas: Autores Associados, 2004.

SANTOS, Fernando H. T; SOUZA Maria A. **Educação do campo: prática do professor em classe multisseriada** In: Diálogo Educ., Curitiba, v. 7, n. 22, p. 211-227, set./dez. 2007.

SIT. Sistema de Informação Territoriais. Disponível em:<<http://sit.mda.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática.** Educação em Revista. Belo Horizonte: UFMG. vol. 25, n.3. 2009, p.123-140.

SOUZA, Maria Ester do Prado. **Família/escola: a importância dessa relação no desempenho escolar.** 2009. 25 p. Programa de desenvolvimento educacional PDE. Santo Antônio da Platina PR, 2009.

TAFFAREL, C. Z.; MUNARIM, A. **Pátria educadora e fechamento de escolas do campo: o crime continua.** Revista Pedagógica, Chapecó, v. 17, n. 35, p. 41-51, maio/ago. 2015.

TOKARNIA, Mariana. **Estudo mostra que 1,3 milhão de jovens de 15 a 17 anos abandonam escola.** Agência Brasil. Brasília – DF, 27 de fevereiro de 2016. Disponível em < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-02/13-milhao-de-jovens-entre-15-e-17-anos-abandonam-escola-diz-estudo>> Acesso em: 10 abr. 2018

TOURAINÉ, A. **O que é democracia?** Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1996.

VEIGA, I. P. de A. **Projeto Político - Pedagógico: novas trilhas para a escola** (2003). In: FONSECA, M. (Org.) *As dimensões do projeto político – pedagógico*. São Paulo: Papyrus, 2004.